

1



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14 36^a Reunião da Câmara Técnica de Saúde,
15 Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos.

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

1

Brasília/DF.
18 de Abril de 2011.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

45**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA)** – Bom
46dia bom dia já temos quórum, peço aos conselheiros para se sentarem. Então
47bom dia a todos dessa Câmara Técnica me apresentando Adriana Mandarino
48diretora substituta do CONAMA essa Câmara Técnica vai apresentar a vocês o
49Pedro Henrique da ANAMMA centro-oeste que está sucedendo o Tiago
50Camargo na presidência da câmara, o Tiago saiu da prefeitura e continua
51Conselheiro pela ABEMA pelo Estado de Goiás. Então, bom dia e bom trabalho
52a todos vou passar a palavra a presidência talvez todos possam se apresentar
53Pedro.

54

55

56**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
57Bom dia a todos eu já fui apresentado meu nome é Pedro Henrique estou
58representando a ANAMMA centro oeste e antes de iniciar a reunião eu gostaria
59primeiro de conhecer todos os Conselheiros para gente dar prosseguimento
60aqui na sugestão de pauta, inclusive o encaminhamento que já me foi solicitado
61aqui para verificar a possibilidade de se fazer um informe ou então a inversão
62de pauta, mas antes disso eu gostaria de primeiro conhecê-los. Eu acho que
63deve começar por aqui.

64

65

66**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
67Gerais)** – Bom dia meu nome é José Cláudio Junqueira represento o Governo
68do Estado de Minas Gerais.

69

70

71**A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério
72da Saúde)** – Bom dia meu nome é Janaina Juliana Maria Carneiro Silva estou
73representando o Ministério da Saúde pela última reunião porque agora eu e o
74Éric fomos nomeados, a saúde está se infiltrando no IBAMA. Eu e o Éric fomos
75nomeados para o licenciamento do IBAMA.

76

77

78**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Bom dia meu
79nome é Luiz Mourão, na verdade eu estou, sou Conselheiro estou
80representando aqui a Zuleika que vai ser titular aqui, mas está chegando, falta
81de tempo em Curitiba, ela está chegando por volta de onze e meia a meio dia.
82Então, eu estou aqui representando aqui nesse intervalo.

83

84

85**O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT)** – Bom dia a todos meu nome é Eduardo
86Vieira representante da CNT.

87

88

89**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
90Gente vocês me desculpem eu queria só ouvir o nome do senhor porque eu
91acabei me perdendo.

92

93

94**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Luiz Mourão.

95

96

97**O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT) –** Eduardo Vieira. CNT.

98

99

100**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
101CNT Eduardo.

102

103

104**A SRª. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) –** Bom dia
105gente meu nome é Maria Geraldina Salgado eu sou presidente da ABES DF no
106momento estou representando os Conselheiros da ABES aqui junto ao
107CONAMA.

108

109

110**O SR. RICARDO GARCIA (CNI) –** Bom dia a todos. Ricardo Garcia
111representando a CNI.

112

113

114**A SRª. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional) –** Celma Alves dos
115Anjos da ANAMMA Nacional.

116

117

118**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
119Muito bem as apresentações bem organizadas. Bom para iniciar aqui eu
120gostaria de já falar da programação sei que todos já receberam e que nós
121recebemos uma solicitação para fazer se fazer uma inversão de pauta aqui
122tendo em vista que tem uma pessoa que tem um compromisso não é isso?

123

124

125**A SRª. ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA) –** Nós
126consultamos os Conselheiros e nós temos dois pontos de pauta o primeiro que
127é esse sobre recolhimento, qual é a destinação de óleo lubrificante usado. A
128Zilda é representante do Ministério que depois faz um informe sobre o assunto
129seria uma mudança pontual na resolução que nos obriga a dar o informe
130permanente na primeira Plenária do CONAMA sobre esse assunto do refino de
131óleo. O outro uma avaliação e deliberação sobre os GTs em andamento nesta
132câmara é que o nosso secretário Silvano tem um compromisso mais tarde,
133então, ele viria agora dar esse informe, ele fica aqui na sala do lado e já está
134chegando. E se nós pudéssemos tratar esse assunto primeiro, nós
135aproveitamos o informe e encerramos esse primeiro assunto, mas para isso
136precisamos de uma autorização aqui da câmara para fazer a inversão de
137pauta. Se é que ele realmente está chegando, mas ele estava na sala numa
138ligação na sala do lado.

139

140

141**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –** Os
142Conselheiros aprovam essa inversão de pauta sem nenhum problema?

143

144

145 **A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) – OK.**

146

147

148 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA) – Então**

149 só aguardar um segundinho o Adriano foi lá, porque ele estava...

150

151

152 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Senhor**

153 presidente então enquanto aguardamos eu queria fazer uma apresentação de

154 uma, que não é uma questão de ordem é só uma informação. Bom antes de

155 existir de acontecer essa reunião a ONGs do CNEA endereçaram uma

156 correspondência a diretora do CONAMA pedindo que fosse incluída na pauta

157 de todas as Câmaras Técnicas, como primeiro item a eleição da presidência e

158 da vice-presidência de cada Câmara Técnica por quê? Porque o entendimento

159 nosso entendimento é de que os mandatos dos membros foram prorrogados,

160 mas não o mandato do presidente e do vice-presidente que têm um prazo certo

161 de ocorrer. E porque isso? Além disso, porque isso? Porque toda a sociedade

162 civil é o único dentro do CONAMA que só têm dois anos de mandato, as

163 organizações têm dois anos de mandato fixo, de dois em dois anos elas são

164 trocadas. Se desencontrar o momento que se desencontra a eleição das

165 presidências das câmaras, da eleição das ONGs o que acontece se uma ONG

166 for eleita ela vai ter menor prazo do que os dois anos para poder cumprir coisa

167 que aconteceu agora inclusive com a outra presidência da Câmara Técnica de

168 Educação Ambiental. Então, foi feito esse pedido o entendimento da diretoria

169 do CONAMA é que os mandatos foram prorrogados tanto da presidência

170 quanto da vice presidência junto com os mandatos das organizações e isso nós

171 estamos questionando junto a presidência do CONAMA junto a ministra de que

172 seja levado até ao plenário para que haja uma decisão. Mas isso é só uma

173 informação daquilo que nós entendemos os motivos pelos quais nós

174 entendemos enquanto aguardávamos o Silvano. Muito obrigado.

175

176

177 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**

178 Está ok. Está registrado aqui para que nós depois possamos voltar à

179 discussão. Silvano nós estávamos aguardando você para poder já falar sobre

180 esse segundo tópico, nós fizemos uma inversão na pauta para aguardar a sua

181 exposição.

182

183

184 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Bom dia, alguns amigos aqui**

185 presentes é um prazer falar com vocês. Tudo bem? Eu cheguei a preparar uma

186 apresentação que eu não sei qual é o tempo que tenho e se é pertinente

187 apresentá-las, na medida em que muitos dos presentes já têm muito contato

188 com o tema e eu pergunto a presidência da nossa Câmara Técnica e do grupo

189 de trabalho qual o tempo que eu teria para fazer?

190

191

192 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**

193 Bom nós tínhamos que estimar porque eu...

194

195A SR^a. **ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA)** – Silvano
196me parece que nós temos só dois pontos de pauta e esse é o assunto central
197dessa reunião o outro é uma questão mais simples de ser resolvida. Então,
198parece que você pode ficar tranquilo fazer o seu informe e em seguida a
199câmara vai discutir o assunto.

200

201

202O SR. **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Talvez seja bom contextualizar com
203detalhes, porque a tomada de decisão fica mais fácil. Eu preparei uma
204apresentação que vou tentar talvez usar um 20 minutos pode ser?

205

206

207O SR. **PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
208Ok.

209

210

211O SR. **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Eu preparei uma apresentação aqui
212que nós viemos fazendo em vários locais aonde o Ministério do Meio Ambiente
213têm ido não só o CABB, mas o Governo como um todo que é vocês devem ter
214recebido a lei da política nacional dos resíduos e o decreto que regulamentou a
215lei para mostrar para vocês de fato o Governo tem levado muito a sério essa
216política nacional dos resíduos. A lei ela foi aprovada, ela foi sancionada dia 02
217de agosto foi regulamentada dia 23 de dezembro e nós já conseguimos decidir
218sobre uma questão uma quantidade muito grande de decisões, que eu queria
219apresentar para vocês aqui. Quando eu falo, nós somos o Governo e o
220Governo tem trabalhado de forma muito séria para que a política seja
221implementada. Eu estou vendo aqui que tem um Ministério da Saúde que
222participou conosco como orientador o Ministério da Minas e Energia e outros
223Ministérios. Nós pessoas do Ministério do Meio Ambiente está aqui também
224Cidades está aqui, mas o comitê orientador são esses os Ministérios da Saúde,
225o Ministério do Meio Ambiente, o comitê interministerial temos ali o Ministério
226de Minas e Energia e nós Ministério da Saúde também. Mas nós temos aí dois
227instrumentos legais importantes e que cuidam da política como um todo, mas
228especificamente o assunto que diz respeito aqui a essa Câmara Técnica nós
229estamos falando da logística reversa especificamente... Pode passar, vamos
230passar aqui o básico, pode passar. Aí está um pouco desconfigurado, mas
231depois nós damos um jeito de deixar... Eu inclusive posso deixar essa
232apresentação aqui caso vocês tenham necessidade de aproveitar. A base legal
233da política são três instrumentos legais a rede de consórcios que está embaixo,
234o decreto que regulamentou a política federal do saneamento básico, o decreto
235regulamentou e a política nacional de resíduos sólidos o decreto suplementou.
236Não deu para ver, mas a lei de consórcio é de 2005 e foi regulamentada em
2372007 a lei de federal de saneamento é de 2007 foi regulamentada em 2010 e a
238política nacional de resíduos é de 2010 e foi regulamentada em 2010. De fato
239foi um tempo muito curto quatro meses e meio e até hoje aonde nós vimos,
240quer dizer, todas as entidades aqui representadas participaram muito da
241discussão desse decreto. Está desconfigurada aqui a apresentação, tem
242problema de configuração. Mas a lei ela tem um conjunto de instrumentos,
243metas, diretrizes e ações e tem de fato metas e metas importantes. A lei dá
244para nós quatro anos para ser implementada a disposição final de rejeitos em

245aterros sanitários, quer dizer, que o País vai ter que fazer um esforço grande
246para conseguir retirar dos aterros os resíduos. Então tem aí um momento
247dentro da política muito importante, além dessa meta outras metas, por
248exemplo, que o decreto acabou absorvendo que é o prazo de dois anos para
249que os municípios e estados que quisera receber Recursos da União eles têm
250que ter elaborado os seus planos de resíduos sólidos. Aí os planos estaduais,
251municipais e micro regional e enfim e além desses o sistema nacional de
252informação de resíduo têm que estar pronto até dezembro de 2012 é o sistema
253nacional que vai conseguir rastrear os resíduos como um todo e tem de fato a
254lei tem um conjunto de metas e algumas ações diretrizes e instrumentos
255também e objetivos. Bom a lei está centrada na responsabilidade
256compartilhada nos acordos setoriais a logística reversa muito mais a
257responsabilidade compartilhada como instrumento que dá base para a logística
258reversa. A logística reversa ela é instrumento da política e a responsabilidade
259compartilhada é um conjunto de atribuições que fabricantes e importadores,
260distribuidores tem para colocar de pé a política. E além desses aí o titular do
261serviço de limpeza urbana e de serviços públicos de resíduos sólidos e o
262cidadão também o conjunto de responsabilidade. Então, aqui a lei trouxe como
263obrigatório a logística reversa dessas seis cadeias e vocês conhecessem muito
264bem as resoluções que já colocam de pé uma logística reversa de pneus,
265pilhas e baterias agrotóxica e embalagens e já têm uma resolução de óleos
266lubrificantes e não tem eletro eletrônico e não tem lâmpada de (...) mercuriais e
267as embalagens de resíduos de óleos lubrificantes. Então isso é o que não tem.
268Bom a lei definiu que a logística reversa é obrigatória para esses, mas não só
269para esses também, para produtos e embalagens resíduos de vidro plástico e
270metal e além desse o que impactar o meio ambiente e a saúde pública. Então,
271é obrigatória a logística reversa para esses também, nestes casos comprovada
272a viabilidade técnica e financeira. Então, a rigor nós podemos trabalhar a
273logística reversa para tudo que for impactante a saúde pública ao meio
274ambiente e o que o comitê vai se incumbir agora é de botar de pé essas tais
275logísticas reversas. Aqui são esses os dois grupos de trabalhos que foram
276criados aqui no âmbito dessa câmara aí a responsabilidade compartilhada fala
277que é o conjunto de atribuições individualizadas encadeadas visando e aí é de
278fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes o cidadão e o titular de
279serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos. Então,
280todos eles têm responsabilidade para viabilizar a minimização da geração de
281resíduos sólidos e rejeitos a redução dos impactos ambientais. O acordo
282setorial é um ato de natureza contratual do setor público, isso é importante do
283setor público com os fabricantes, importadores e distribuidores comerciantes,
284quer dizer, é um ato de natureza contratual de quem é a responsabilidade por
285fazer a logística reversa. E é claro que deste acordo setorial vocês vão ver que
286estamos criando o conjunto de formas de participação de toda a sociedade
287para acompanhar esses acordos setoriais, porque, uma vez definido o acordo
288setorial ele é publicado e depois de publicado é cumprido no País. Esse é um
289arranjo para mostrar que nós estamos trabalhando nos acordos setoriais com a
290forma de implementação da logística reversa como o pilar ou como o mais
291importante para viabilizar a responsabilidade e que vai garantir a logística
292reversa por um lado e por outro lado o conjunto de ações que vão ser feitas
293para reutilização, reciclagem e disposição final dos rejeitos em aterro. Bom e
294aqui tem o esquema que é importante eu falar para vocês, eu vou até me

295levantar para mostrar porque aqui talvez seja o grosso da logística reversa.
296Veja o Governo no decreto o 7404... O decreto foi discutido no Governo a
297prioridade por fazer a logística reversa com o processo de construção
298preliminar e como o processo de diálogo que depois que for colocado no
299funcionamento dessa logística reversa, depois que ela for publicizada ela é
300passível de ser incorporada pela sociedade e por aqueles que têm a
301responsabilidade compartilhada. Então, o acordo setorial o Governo vocês vão
302verificar aqui o seguinte que a proposta é abrir o processo de diálogo chamado
303acordo setorial, que é aquilo que eu falei que é um ato contratual, coloca esse
304acordo setorial dá um prazo ele começa com edital. Esse edital de
305chamamento ele abre o processo do acordo setorial tendo proposta e havendo
306proposta esse edital define metas, define quem participa da cadeia, define no
307ciclo de vida o que cada um a parte de cada um, define o prazo para o acordo
308setorial, define o conjunto de regras e esse edital é publicado, uma vez
309publicado o edital espera-se o prazo verifica a existência de propostas e daí
310abre uma consulta pública com a sociedade daquele edital e simultaneamente
311o Governo faz uma verificação com os órgãos, sobretudo, os órgãos de
312estratégico da economia para avaliar se não se criam um monopólio ou coisa
313do tipo. Ou então, essa análise é feita são sistematizadas as contribuições e
314feita uma avaliação bom esse acordo setorial feita a consulta pública está
315aderente ao edital? Se sim se aprova aquele acordo setorial chama para os
316proponentes para assinatura o Governo assina e publica aquele acordo
317setorial. Então, esse seria o processo na inexistência de proposta é possível o
318Governo trabalhar para elaborar o regulamento que a lei diz que a logística
319reversa se dará por regulamento, acordos setoriais ou termo de compromisso.
320Então, essa regulamentação ela vai se dá pelo Governo na inexistência de
321acordo setorial, aí o Governo elabora uma proposta sem não antes ter passado
322por consulta pública e uma análise da viabilidade também dessas logísticas
323reversa. Então, vão existir duas condições ou a logística reversa se dá pelo
324acordo setorial feito no edital de chamamento ou ela se dá por regulamento por
325iniciativa do Governo, mas a tentativa inicial é de abrir de fato um edital de
326chamamento e vocês vão perceber que o processo pela avaliação de edital do
327subsídio já está aberto na criação do grupo de trabalho temático que foram
328criados. Então, grosso modo é esse aqui o caminho eu estou sistematizando
329muito aqui essa abordagem, mas só para mostrar para vocês que o decreto
330traz exatamente aquele rito ali. Bom a logística reversa, o decreto criou uma
331instância chamada comitê orientador, o comitê orientador já foi publicado
332inclusive o edital do comitê orientador ele é composto de cinco ministros o
333Ministro é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente, vai pelo Ministro da saúde,
334da fazenda, da agricultura pecuária e abastecimento e o Ministro de
335desenvolvimento e indústria e comércio. Então esses cinco ministros eles
336compõem o comitê orientador que é quem define todas as diretrizes da
337logística reversa no País, quer dizer, dado pela lei. Então, esse comitê
338orientador eu já vou falar depois para vocês ao final de tudo que já foi até agora
339aprovado, mas ele já se reuniu, já definiu um conjunto de ações e plano de
340trabalho e isso vai ficar claro na apresentação depois, mas por lei esse comitê
341orientador tem obrigação, ele tem atribuição legal para definir a logística
342reversa no País é claro que o comitê orientador é composto de governo, mas
343ele chama para que ele é implementado via o grupo técnico assessor que é
344composto dos representantes dos Ministros dos Ministérios e ele pode criar

345abaixo de si grupos de trabalho temático composto por outros órgãos de
346governo, outros governos de âmbito estadual, municipais e também da
347iniciativa privada que têm a ver com o tema que sempre tiver alguma questão
348relacionada ao tema o comitê orientador chama a conveniência de se criar
349esses grupos de trabalho temático para discutir com o setor privado. Existe a
350possibilidade dos termos de compromisso e termo de compromisso para a
351logística reversa caberá pelo regulamento para os casos que não houver na
352mesma área de abrangência um acordo setorial ou quando tendo o acordo
353setorial quiser se fazer de forma mais restritiva. E sempre com órgão ambiental
354do Estado ou do município quando for o caso até é possível de fato o termo de
355compromisso é outra possibilidade para além do regulamento e para além dos
356acordos setoriais. Bom ali é a hierarquia porque eu passo, mas está definida na
357lei ali aquela hierarquia para gestão e para o gerenciamento de resíduos,
358porque aqui a hierarquia que vocês conhecessem. Os planos aí o plano no
359âmbito nacional, os planos estaduais, os planos micro regionais de regiões
360metropolitanas, planos intermunicipais, planos municipais e plano de
361gerenciamento. Só não é do poder público ali plano de gerenciamento vocês
362sabem que isso daí é do particular os outros todos são de âmbito do poder
363público das três esferas. A informação é que o Governo tem até o dia 21 de
364junho para elaborar a versão preliminar do plano nacional de resíduos sólidos o
365comitê interministerial que foi também já instituído já definiu o grupo de
366acompanhamento e está em face de elaboração o plano nacional de resíduos
367sólidos. Esse plano vai ser colocado em consulta pública no segundo semestre
368desse ano, mas é de fato o Governo tem seguido o IPEA que está contratado
369para fazer a versão preliminar do plano, os estados têm aí movimento para
370elaborar os seus planos. O detalhe é que o que eu falei os governos estaduais
371e municipais têm até dois anos para elaborar os seus planos de resíduos, findo
372os quais os dois anos não se vai poder acessar recursos da União para os
373estados e municípios. Detalhe o decreto deu a possibilidade dos municípios
374imagina se nós tivermos que fazer 5560 planos municipais no Brasil, nós
375vamos ter uma grande dificuldade o decreto deu a possibilidade dos municípios
376elaboraram esses planos de forma integrada os planos intermunicipais, os
377planos micro regionais, os planos metropolitanos e esses planos substituem os
378planos municipais o caso de Minas Gerais (...) está aqui no nosso responsável
379titular aqui de meio ambiente do Estado na parte dos órgãos. Mas o Estado de
380Minas sobre a coordenação do José Cláudio elaborou o estudo de
381regionalização que dos quase 900 municípios definiu 51 arranjos territoriais
382ótimos. Então, Minas Gerais ao invés de fazer em torno de 900 planos
383municipais pode elaborar 51 planos intermunicipais que esses substituirão
384podem substituir os planos municipais. O Governo vai trabalhar nessa
385perspectiva, nós estamos conversando com o Ministério das Cidades o (...)
386estava até por aqui sobre a possibilidade de o Governo apoiar esse tipo de
387arranjo que vai dá celeridade as possibilidades dos planos. Bom está aqui
388também vai ficar para vocês mais o decreto define o conteúdo mínimo dos
389municípios abaixo de (...) habitantes. Eu vou só passando isso aqui aí é a
390responsabilidade dos municípios que de fato tem uma responsabilidade muito
391grande, sobretudo para elaboração do plano de coleta seletiva a relação dos
392municípios com a logística reversa que é um assunto que tem uma relação
393muito importante ou enfim aqui tem um conjunto de atribuições para os
394municípios. Aqui aquela obrigatoriedade que eu falei que o decreto define que

395a partir de 2 agosto de 2012 é o prazo é obrigatório ter plano para receber
396recursos da União e os recursos da União vão ser priorizados para municípios
397que tiverem coletas seletiva com a participação de cooperativas ou outras
398formas de associações e também para aqueles municípios que tiveram ligados
399a outros por meio de consórcios intermunicipais. Aqui são proibições nos
400aterros sanitários a possibilidade de planos conjuntos de gerenciamento de
401resíduos sólidos de empresas de grande porte com as micro e pequena
402empresa é possível fazer o plano conjunto. Desde que haja de fato seja do
403mesmo setor industrial as mesmas atividades que tenha governança coletiva e
404de cooperação. Aí pode elaborar o chamado plano coletivo, pode ser de forma
405coletiva o único plano de gerenciamento de resíduos. Aqui é mais para indicar
406que tenha o plano de gerenciamento de uma indústria e depois cada micro e
407pequena empresa tem o seu plano naquela mesma base de governança da
408indústria. Pode passar. Nós vamos deixar aí e depois vamos ver uma
409apresentação que não tenha desconfigurado para vocês ficarem com ela. Tem
410uma intercessão ali do plano de resíduos sólidos com os planos municipais de
411resíduos sólidos ou de saneamento básico e a intercessão diz respeito a parte
412de limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos. Aí é uma
413intercessão dos planos que vão ter que se conversar entre si. O sistema de
414informação que eu falei anteriormente ele têm que ser elaborado até dezembro
415de 2012 e o Ministério (...) é quem vai coordenar esse plano esse sistema
416nacional de informações de resíduos. Bom, isso de forma geral mais para
417gente contextualizar a política com o trabalho de vocês agora eu queria trazer
418aqui a informação do que o Governo fez de dezembro até agora, porque nós
419ainda não conseguimos fazer essa comunicação, mas de fato de dezembro até
420agora o Governo trabalhou muito em relação à política, para além das diversas
421reuniões que nós já fizemos até hoje foi instalado pela ministra no dia 17 de
422fevereiro o Regimento interno do comitê orientador, já está publicado no Diário
423Oficial do dia 11 de abril desse ano o Regimento, me parece que é a portaria
424113 da Ministra que define a regra do comitê orientador de funcionamento e foi
425aprovado o plano de trabalho do comitê orientador para 2011 e foi aprovado
426um calendário de reuniões. O comitê orientador vai se reunir ordinariamente
427nos dias 16 de junho e no dia 20 de outubro e esse comitê orientador, quer
428dizer, ele é que delibera sobre todas as questões da logística reversa conforme
429aquilo reportado anteriormente. Aquela data que eu falei ele foi instalada dia 17
430de fevereiro e tem o plano de trabalho. Esse foi o plano de trabalho aprovado
431na reunião do dia 16 de junho, eu não vou falar sobre tudo que tem ali, mas até
432o item 6 tudo já foi perseguido até agora, foi aprovado o Regimento o plano de
433trabalho. Esse plano de trabalho ele define um conjunto de ações que o comitê
434orientador se obriga a implementar até o final de 2011, eu posso dizer para
435vocês que uma das ações que está ali prevista é que o comitê orientador
436aprove as diretrizes para priorização da logística reversa, defina o calendário
437para o lançamento dos primeiros editais até o dia 16 de junho e ele define um
438conjunto de outras diretrizes. Quer dizer o plano de ação do comitê orientador
439para 2011 está ali só para passar, ele vai ter que aprovar com que vai se
440realizar a consulta pública, aprovar o cronograma para implantação do sistema
441de logística reversa, os critérios para avaliação da necessidade dos acordos
442setoriais quando couber, os critérios para definir as embalagens que ficam
443dispensadas de obrigatoriedade de fabricação com materiais para reutilização
444e a reciclagem. Aprovar os estudos e propostas de medidas de (...) tributária

445das cadeias produtivas, quer dizer, até outubro tem que está elaborando esses
446estudos. Então, basicamente o comitê tem um plano de trabalho e um conjunto
447de obrigação para 2011. Além do comitê orientador como eu falei quem
448implementa as ações e quem leva o comitê orientador é o grupo técnico de
449assessor conforme consta do Regimento. Esse grupo de antecessor também
450foi criado pelo decreto e ele já se reuniu nos dias 28 de fevereiro e nos dias 28
451de março e já teve uma reunião extraordinária dia 16 de março e ele vai se
452reunir agora dia 25 de abril tem uma reunião marcada também. E esse grupo
453técnico assessor ele já deliberou algumas questões que depois vão ser levadas
454no dia 16 de junho para o comitê orientador para sacramentar. Mas como na
455verdade até o dia 16 de junho uma quantidade de ações que tenham que ser
456cumpridas o grupo técnico assessor deliberou sobre algumas ações, essas
457ações vão ser colocadas em curso e depois vão ser levadas para o comitê
458orientador para ele deliberar. O comitê orientador o grupo técnico assessor ele
459definiu aquele conjunto de prioridades para a logística reversa e as prioridades
460são aquelas são 4 prioridades que as cadeias de produtos sujeito a dispositivo
461legal determinando a logística reversa aquela da lei que fala que é a
462obrigatoriedade da logística reversa. Essa prioridade número um para as quais
463não existem normas então, nós estamos falando daquelas seis excluídas as 4
464sendo que uma delas vai entrar aqui também. O grau de extensão de impacto
465da saúde pública e meio ambiente gerados e a viabilidade técnica econômica
466da logística reversa. Quer dizer analisada a viabilidade técnica econômica o
467grau e extensão de impacto da saúde pública e a existência de iniciativas dos
468setores empresariais com proposta de forma espontânea de logística reversa é
469o terceiro critério e o quarto cadeias de produtos para as quais já existem
470normas, mas com necessidade de revisão. Então, esses seriam os critérios que
471o grupo técnico assessor aprovou como orientação para a elaboração da
472logística reversa e com base nesses critérios o grupo técnico também acordou
473de iniciar os trabalhos para aprofundar com mais detalhe o que pode ser a
474logística reversa ou o que pode ser colocado como subsídio para o edital da
475logística reversa de cinco cadeias. Quer dizer, considerada aqueles critérios
476para 2011 o grupo técnico assessor resolveu criar cinco grupos de trabalho, um
477de eletro eletrônico, um de lâmpada vapores mercuriais (...), um de
478embalagens em geral, um de óleos lubrificantes e suas embalagens e resíduos
479por conta de uma proposta de iniciativa do SINDICOM. O de lâmpadas também
480teve a iniciativa de uma proposta da ABLUX, o pessoal da ABLUX está aqui e o
481quarto de o quinto, portanto é de descarte de medicamentos por iniciativa
482também do Ministério da Saúde porque está em discussão a resolução da
483ANVISA que ao invés de chamar para si e fazer a resolução resolveu incluir na
484política nacional de resíduos e fazer por via da estrutura da política nacional de
485resíduos. Então, têm cinco grupos de trabalho criados e estes grupos de
486trabalho eles vão ser instalados agora no dia cinco de maio na parte da manhã
487e eles já trabalham no dia cinco de maio a tarde no dia seis de maio. Quer
488dizer, a primeira reunião do grupo de trabalho para aprovar a proposta desse
489grupo de trabalho ao longo de um determinado período. Então, o grupo de
490trabalho que vai discutir descarte de medicamentos ele é coordenado pelo
491Ministério da Saúde e o produto desse grupo de trabalho é subsidiar o grupo
492técnico assessor e por sua vez o comitê orientador. Quer dizer, ele não
493delibera nada diretamente como a lei define, ele tem que apresentar a proposta
494para serem considerados para instancia superior. Então, esse descarte de

495 medicamento ser coordenado pelo Ministério da Saúde, o de embalagens em
496 geral é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o de óleos lubrificantes
497 seus resíduos e embalagens é coordenado pelo MAPA até agora o MAPA está
498 ainda discutindo a continuidade da coordenação, mas por enquanto é
499 coordenado pelo MAPA. De lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio e luz mista
500 é coordenado também pelo Ministério do Meio Ambiente e de eletro eletrônico
501 é coordenado pelo MDIC. Vocês vejam que cada um dos Ministérios tem uma
502 coordenação de um grupo, exceção do Ministério da Fazenda que por
503 questões intrínsecas do Ministério se coloca na condição de não coordenar
504 nenhum grupo de trabalho e ele normalmente dá a palavra final, ele tem um
505 problema ético do Ministério coordenar. Bom só então dizer esses grupos de
506 trabalhos eles vão ser instalados agora no dia cinco de maio, a maioria das
507 entidades aqui presentes já deve ter recebido o convite para compor o grupo
508 de trabalho, porque o grupo de trabalho que vai ser composto por órgãos do
509 Governo Federal como diz o decreto e como diz a lei, entidades de
510 representação de âmbito nacional para representar a Sociedade Civil, o
511 Governo dos estados, os governos dos municípios de tal forma que o produto
512 feito por esses grupos de trabalho eles tenham, portanto, eles sejam validados
513 por quem vai depois ser objeto deles trocando em miúdos. Quer dizer, o que
514 está colocado como proposta que se busque conseguir. Definir a data para o
515 lançamento do edital, definir a modelagem da logística reversa, definir ou
516 estudar ou avaliar a viabilidade técnica e econômica dessa logística reversa
517 modelada e ao fim elaborar subsídios para o edital que vai ser lançado e vai
518 ser aprovado pelo comitê orientador. Então, veja a proposta do grupo de
519 trabalho é criar as bases do edital que vai ser lançado ao final do ano de tal
520 forma que nós vamos fazer o pouco que grupo de trabalho estava previsto
521 fazer amparado pelo que a lei determina e que o decreto determina, mas
522 buscando aqui ao longo de um determinado período conseguir esta discussão
523 com todos os envolvidos, quer dizer, isso que foi pensado para a logística
524 reversa é claro que no ano que vem nós vamos ter revisado outros ciclos como
525 falei anteriormente. Mas para esse ano de 2011, o que se busca ou que se
526 buscará será isso. Aqui tem o comitê interministerial que não tem uma relação
527 direta com essa discussão do grupo de trabalho, mas é importante também
528 apresentar o comitê interministerial ele é composto por 12 Ministérios e aí não
529 são os Ministros envolvidos, são os representantes dos Ministérios, mas a
530 Casa Civil e a Secretaria são dez Ministérios, Casa Civil e a Secretaria de
531 Relações inter federativas da Presidência da República. E ele tem a finalidade
532 de acompanhar a implementação da política e elaborar todos os instrumentos
533 que a política tem. Então, por um lado coloca de pé a logística reversa que tem
534 o comitê orientador e outro trata de acompanhar a implementação da política
535 que é este comitê interministerial. Ele também já foi instalado no dia 17 de
536 fevereiro, dia 17 de março e já definiu além do Regimento que ainda não está
537 publicado por questão de prazo ele foi fechado dia 17 de março e tem análise
538 da CONJUR e tal, mas ele deve ser publicado nos próximos dias. Já aprovou o
539 plano de trabalho o calendário de reuniões e a metodologia para elaboração da
540 versão preliminar do plano nacional de resíduos sólidos, cujo IPEA é quem está
541 trabalhando e criou também cinco grupos de trabalho, o comitê interministerial
542 criou cinco grupos de trabalho que eu vou falar sobre eles aqui. As reuniões do
543 comitê interministerial estão prevista para 27 de maio, 13 de julho 14, de
544 setembro e 9 de novembro veja que essas são as reuniões ordinárias do

545comitê interministerial. É claro que é possível ter também reuniões
546extraordinárias é bem provável que tenhamos, ele tem também o plano de
547trabalho nem precisa (...) que vai acabar perdendo muito tempo, mas o plano
548de trabalho está espelhado uns grupos de trabalho que foram criados, que já
549apresentam aqui. Foram criados cinco grupos de trabalho e a previsão de
550instalação desse grupo de trabalho é dia 12 e 13 de maio, a previsão nós ainda
551estamos fechando os termos de referência desses grupos de trabalho que cada
552Ministério ficou de elaborar e nesse comitê interministerial aí sim tem o
553Ministério de Minas e Energia, tem o Ministério das Cidades e além de todo o
554Ministério da Saúde e Meio Ambiente e vários outros. Na verdade esses são
555grupos técnicos o outro era grupo de trabalho temático do comitê orientador
556que assim foi definido o Regimento e esses aqui são grupos técnicos. Esses
557grupos técnicos também são passíveis de serem compostos por órgão de
558governo, Sociedade Civil e outros governos de estados e municípios. Aqui é o
559grupo de trabalho um essa coordenação é de Ministério do Meio Ambiente,
560esse grupo aqui está acompanhando a elaboração do plano nacional de
561resíduos vai apoiar estados e municípios a elaboração dos seus planos e vai
562também acompanhar os investimentos para que a política seja implementada.
563Então, falei mais especificamente dos investimentos do PAC os investimentos
564para as cidades sedes da copa e enfim garantir que isso seja viabilizado e
565coloque a política de pé. O grupo dois que é coordenado pelo Ministério de
566Minas e Energia, ele tem o objeto dele é elaborar aquele ato conjunto que o
567decreto definiu para recuperação de energética dos resíduos sólidos urbanos.
568Então, esse aqui é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. O terceiro
569grupo que foi criado é o grupo que vai trabalhar os estudos desoneração esse
570grupo é coordenado pelo MEDIK e ele tem a finalidade de tanto apresentar
571aqueles estudos de avaliação quanto também definir linhas de financiamento,
572creditícias para que a política seja implementada. O grupo 4 é o que vai definir
573o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos e ainda
574aquelas ações para resolver os problemas das áreas órfãs contaminadas ele é
575coordenado pelo Ministério da Saúde. E o quinto grupo que é coordenado
576Ministério do Meio Ambiente aqui, eu me esqueci de falar o primeiro grupo é
577com o coordenado pelo Ministério das Cidades porque tem relação também
578com a questão dos planos com o plano de saneamento básico com
579componente de resíduos sólidos urbanos e esse quinto aqui que vai cuidar da
580implementação do sistema nacional de informações de resíduos sólidos,
581coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades.
582Então, eu acho que era isso que tinha para apresentar talvez tenha gastado
583mais de meia hora, mas assim para gente fazer a discussão com um pouco
584mais de informações era isso que eu queria trazer, porque essa discussão aqui
585ela tem a ver com a constituição desses grupos de certa forma concorre com o
586que vai ser feito no comitê orientador. E para terminar eu só diria que além
587desses grupos todos que foram criados a Ministra criou o grupo de trabalho
588institucional para cuidar do acompanhamento da implementação da política
589nacional de resíduos no âmbito do SISNAMA porque é fundamental esse
590diálogo do Ministério do Meio Ambiente, órgãos ambientais, estaduais, órgãos
591ambientais e municipais. E aí vai entrar também as entidades representativas
592dos municípios, além das representativas dos estados. Esse grupo a ideia é
593que ele trabalhe paralelamente para acompanhar a implementação da política
594no âmbito do SISNAMA. Então, vocês vejam que nós temos muito trabalho

595pela frente e estamos aqui para debater peço a Zilda, ao Gilberto, o pessoal
596aqui do Ministério para depois no debate que nós possamos ajudar nessa
597discussão é isso obrigada presidente.

598

599

600**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
601Bom depois da apresentação agora eu queria também já registrar a presença
602da Conselheira Elaine Patrícia do Estado de Alagoas. Chegou mais outro
603Conselheiro posterior? Não. Eu quero deixar em aberto para os Conselheiros
604fazerem as suas considerações. Vocês querem que marque o tempo ou deixo
605estabelecido um horário? Ok. Já vou me inscrever então.

606

607

608**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
609**Gerais) –** José Claudio Minas Gerais. Silvano primeiro eu queria dizer o
610seguinte, é tanta informação que eu tentei acompanhar, escrever mais não
611consegui. Eu queria saber se essa sua apresentação poderia ficar
612disponibilizada no site da câmara? Sim.

613

614

615**O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA –** A apresentação tem uns problemas.

616

617

618**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
619**Gerais) –** Porque não a primeira parte que eu já conhecia, mas essa última
620parte desses grupos de trabalhos é muita informação, eu não consegui anotar
621tudo, mas eu queria te pedir que complementasse, pelo que eu entendi, eu até
622estava olhando aqui também no material que foi disponibilizado das portarias
623112, 113 e 114 começando da 113 que é específica para logística reversa. Mas
624o grupo técnico assessor ele é só constituído por órgãos federais e diz que ele
625pode, ele criou já cinco grupos temáticos agora esses grupos temáticos terão a
626participação de órgãos que não sejam federais?

627

628

629**O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA –** Obrigado pela pergunta José
630Cláudio a ideia de fato é a representação do grupo de trabalho temático ele vai
631ter a participação de outros órgãos da União, outros Ministérios Petrobrás
632estou chutando aqui, mas em função do caso quando o caso exigir. Mas têm
633outros órgãos de governo e outros governos de Estado e municípios. Então, os
634órgãos estaduais fazem parte os órgãos municipais fazem parte e eles vão ser
635convidados, por exemplo, apenas para exemplificar todos os grupos de
636trabalhos que foram criados e têm a participação da ABEMA e da ANAMMA.
637Então, nós estamos sugerindo que a ABEMA esteja representada pelos órgãos
638estaduais, já foi o convite para ABEMA e ela ficou de ligar.

639

640

641**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
642**Gerais) –** Você está se referindo aos GTs temático.

643

644 **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Os GTs temáticos o grupo de
645 trabalho. Porque o grupo técnico de assessor é quem dá segmento as
646 deliberações do comitê orientador só exemplificar. O comitê orientador define o
647 plano de trabalho, quer dizer, quem é quem implementa aqui o plano de
648 trabalho? Os ministros não tomam iniciativas o grupo técnico assessor ele vai
649 ter reuniões mensais e ele vai colocando em funcionamento, por exemplo, já
650 está elaborada a minuta de consulta pública dos acordos setoriais. Então, já
651 foram elaborados os critérios para a metodologia para o impacto social e
652 ambiental o grupo técnico assessor já elaborou. Então o grupo técnico de
653 assessor é apenas quem dá segmento as deliberações do comitê orientador e
654 a extensão da participação dos estados dos municípios se dão nos grupos de
655 trabalho temático quando se discute e elaboram todos os documentos que tem
656 impacto para os envolvidos basicamente é isso a cláusula.

657

658

659 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
660 Gerais)** – Só para tirar dúvida, porque na portaria 113 no artigo 14, ele fala lá
661 que o comitê orientador será assessorado por um grupo técnico denominado
662 grupo técnico de assessoramento e aí ele diz que cada representante e esse
663 grupo são os cinco Ministérios Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Meio
664 ambiente, Fazenda, Agricultura e Abastecimento. Aí no parágrafo primeiro fala
665 cada representante referido no caput será indicado juntamente ao suplente no
666 parágrafo segundo nas hipóteses que forem abordadas temas referentes a
667 suas respectivas competências ou área de atuação o comitê orientador poderá
668 convidar a compor o GTA os representantes de outros Ministérios de órgão,
669 entidades federais dos estados do Distrito Federal e dos municípios. Então,
670 isso que eu estou querendo entender vão serem convidados os estados? Que
671 dizer o Estado de São Paulo, de Alagoas, de Rio Grande do Sul ou Minas ou é
672 a ABEMA que vai ser convidada. Porque aqui está falando dos estados, aqui
673 ele não fala ABEMA, na outra portaria ele fala ABEMA, mas é para outro grupo
674 não é logística reversa. É essa que está me dando a dúvida, quer dizer, a
675 ABEMA é que vai se fazer representar ou vai ser os estados independente da
676 ABEMA ou os municípios como está dizendo aqui independente da ANAMMA.

677

678

679 **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Só para lembrar podem ter casos
680 em que a entidades participem do GTA também, quer dizer, se o GTA nós
681 montando a proposta do grupo de trabalho e apresentando para o GTA o
682 produto dos grupos de trabalhos vão ser apresentados no GTA para validar.
683 Então, nesses casos a ideia é que o GTA também convide entidades para
684 participar das reuniões que vão deliberar.

685

686

687 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
688 Gerais)** – Isso ainda não foi feito.

689

690

691 **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Isso não foi feito nenhum caso foi
692 feito ainda, mas vai acontecer.

693

694

695 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
696 **Gerais)** – Os grupos temáticos ainda não iniciaram...

697

698

699 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Os grupos de trabalho temáticos
700 esses já foram tomados as iniciativas eu como secretário executivo do comitê
701 orientador já expedi o ofício convidando várias entidades e vários órgãos. O
702 que o GTA tomou como decisão no caso? É chamar, pedir as entidades de
703 âmbito dos estados que façam as indicações porque é muito difícil você ter um
704 grupo de trabalho composto de 27 estados. Então, de fato são órgãos
705 estaduais os estados participados representado pela ABEMA o que nós
706 fizemos foi conversar com ABEMA e apresentar ABEMA a alguns estados que
707 tinham liderança sobre determinado assunto para que ABEMA faça uma
708 consulta, mas também considere essa realidade caso específico, por exemplo,
709 de eletro eletrônico que vocês estavam coordenando lá a FIAN. Então, ABEMA
710 provavelmente vai fazer a consulta, mas vai consultar vocês também sobre o
711 interesse em participar, porque este assunto já tinha sido iniciado. Agora tem
712 algumas especificidades para o grupo de trabalho o comitê interministerial que
713 está discutindo aquela parte de áreas órfãs e perigosas. Eles estão querendo
714 convidar o Estado específico que têm uma expertise comprovada e de fato se
715 não fizer parte as áreas órfãs estão concentradas em determinados Estados, aí
716 pode ter problema de qualidade desse resultado. Então, nestes casos o grupo
717 de trabalho do comitê interministerial está tomando a iniciativa de chamar ou
718 indicar a participação dos estados específicos, mas então eu acho que é isso
719 não sei se respondi a sua pergunta.

720

721

722 **O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Bom dia. Apesar de que você já respondeu
723 grande parte do que eu ia perguntar, mas na criação desses grupos de espelho
724 estão sendo criados dentro desse grupo de trabalho. Nós notamos que o foco é
725 um pouquinho diferente do que a gente discute aqui porque lá no comitê
726 orientador normalmente se discute logística reversa e aqui nós discutimos
727 gerenciamento, gestão que é um negócio um pouquinho mais amplo. Vocês
728 fizeram essa avaliação para ver se não vai ficar faltando, entre aspas deixar
729 assuntos de lado e só discutir logística reversa?

730

731

732 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – A lei ela definiu a logística reversa,
733 mas tem um conjunto de outras questões para além da logística reversa, por
734 exemplo, o descarte de rejeitos, tem um conjunto não sei se vocês viram na
735 minuta do decreto tem já o conteúdo mínimo do edital que vai orientar o acordo
736 setorial, ele não é só de logística reversa *strito sensu* ele tem um conjunto ali
737 de definições, vai ter que dizer o que vai ser feito com os descartes. Quer dizer
738 ele é um conjunto, são metas gerais o grupo de trabalho ele vai se dedicar
739 aquele escopo do edital e ele vão trabalhar uma modelagem que considere o
740 gerenciamento, exemplo embalagens. O setor de embalagens nós sabemos
741 que têm quantidade de embalagens que estão envolvidas nas indústrias de
742 bebida, de alimentação a ideia é que a modelagem que vai cuidar da logística
743 reversa considere inclusive a sua implementação no âmbito dos municípios. Eu

744estou falando mais especificamente da relação com o poder público municipal
745que isso vai ser implementado a relação com a coleta seletiva. Então é um
746pouco mais nós estamos seguindo a orientação Ricardo só para ficar claro é
747um decreto que definiu a logística reversa, o estatuto, o Regimento e o edital é
748basicamente isso, ele não vai ficar especificamente na logística reversa, porque
749se definir a logística reversa, mas sim o todo fica faltando algo.

750

751

752**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) – É**
753o Luis Mourão que vai falar. Pedir para ser mais um pouco objetivo nas
754respostas, nas perguntas para nós avançarmos.

755

756

757**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) –** Eu já vou
758centrar então as minhas perguntas. Em relação específica vou fazer um
759comentário eu acho que o Governo trabalhou bastante forte e
760interessantemente na elaboração da política e no decreto de maneira como eu
761nunca tinha visto isso é um elogio porque como ex- funcionário público eu
762nunca vi o Governo trabalhar com tanta rapidez dentro dos prazos realmente
763previstos. Isso é muito bom e cabe um elogio. O segundo comentário que eu
764queria fazer e que é muito importante é que o único, porém que a gente
765começa a observar nesse setor e vou começar a especificar aquilo que nos
766interessa que são a logística reversa e os acordos setoriais propriamente ditos,
767nós temos em primeiro lugar, eu queria até depois dessa confirmação do
768Silvano segundo as normas tanto a lei como o decreto que todo o sistema de
769logística reversa está diretamente vinculado ao artigo 16 inciso segundo,
770normas estabelecidas pelos órgãos do sistema nacional de meio ambiente
771SISNAMA Sistema Nacional de Engenharia Sanitária e tal, ou seja, ele está
772vinculado e no nosso caso específico as normas estabelecidas pelo CONAMA
773como parte do sistema nacional do meio ambiente. Essa é a primeira
774observação que eu faço que esteja prevista na lei do artigo 16 desculpa do
775decreto no artigo 16 inciso dois e na lei do artigo 33 parágrafo terceiro sem
776prejuízo de exigências especificadas fixadas em lei ou regulamento em normas
777estabelecidas pelos órgãos do sistema nacional de vigilância sanitária. Então,
778eu queria em primeiro lugar frisar que tanto na lei como no decreto isso está
779repetido o processo de logística reversa está diretamente vinculado as normas
780do CONAMA especificamente porque é o que nos interessa aqui além de
781outras novas de outros Ministérios. Porque eu digo isso? Eu digo isso em
782primeiro lugar porque o processo de logística reversa se baseia no sistema
783basicamente de responsabilidade compartilhada e a responsabilidade
784compartilhada também está definida na lei onde uma parte da responsabilidade
785compartilhada é do consumidor. Consumidor esse que não parece em lugar
786nenhum na lei e no decreto, não aparece a Sociedade Civil seja ela setor
787produtivo ou setor Sociedade Civil como um todo elas não aparecessem em
788nenhum momento da política nacional de resíduos sólidos no comitê
789orientador, comitê interinstitucional ele é basicamente governamental, o comitê
790orientador da política reversa também é um órgão extremamente público
791disser-ia entre aspas que a secretaria de relações institucionais da Presidência
792da República ela representa os consumidores aspas. Perdoe-me os senhores
793que estão aqui dentro, mas eu não posso acreditar que essa é a secretaria de

794relações institucional da Presidência da República represente a sociedade civil
795que ele queira. A sociedade civil de uma maneira geral seja do setor produtivo
796ou o setor de Sociedade Civil interessada não está representado o segmento
797decisões do (...) pode ser convidada a participar com certeza aqueles que se
798interessar que forem chamados que o Governo achar que tudo bem vai
799chamar. Mesmo assim quando a gente vê a constituição dos GT e tal a gente
800vê que isso foi direcionado para alguns setores específicos da Sociedade Civil,
801eu digo eles o catadores que com certeza estão ali porque são vinculados ao
802processo, mas em nenhum momento o vínculo necessário com a saúde pública
803com as questões ambientais com essas questões que estão garantidas ali
804dentro. Nem os consumidores eu diria dos consumidores propriamente dito dos
805setores e nem do setor produtivo, que claro que com sua pujança e a sua
806responsabilidade será chamado com toda a certeza, mas mesmo assim alguns
807setores talvez um pouco mais não sejam chamados e não tenha mecanismo
808nenhum de que isso possa fazer nem minoritariamente nenhum processo
809decisivo. Bom eu acho que isso é uma crítica que eu faço inicial ao sistema que
810está montado ele permite a participação, mas ele não inclui a participação
811social em vários setores isso acontece também com o setor eles estão sendo
812convidados. Mas eles estão sendo, mas olho eu admito, você vai lá que eu vou
813ver você, mas você não vai participar de nenhuma decisão não. Essa é uma
814questão que nós temos que levar em consideração por quê? Porque assim
815como todos os senhores aqui a política foi aprovada no Congresso com
816participação da sociedade como um todo pelo menos como nós já sabemos
817que tem que existir são nossos representantes, mas o decreto de
818regulamentação tomamos conhecimento 12 de dezembro e é a primeira vez
819que nós temos oportunidade de discutir isso no CONAMA é nesta reunião aqui.
820Ou seja, dizer olha isso foi feito um decreto esse decreto têm essas
821características que eu sinceramente estou, coloco em dúvida, discuto e acho
822que são indevidas que poderia ser formulada de outra maneira mesmo que de
823uma maneira minoritária, não paritária eu acho que o Governo tem
824responsabilidade, mas essa possibilidade de ter voz nesses comitês é muito
825importante. Eu digo adiante por quê? Porque a lei e o decreto todos eles eu
826estou encaminhando já para o assunto em tela, permitem não só permitem
827como dizem que as normas são subordinadas as normas do CONAMA. Eu
828venho dizer isso porque não qualquer norma, mas as normas genéricas sobre
829determinados assuntos que nós quisermos que nós entendermos que são
830importantes podem ser sim regulamentadas aqui neste Conselho Nacional de
831meio ambiente. Eu diria que não o processo em si “eu vou voltar até
832impressionante que os editais de chamamento dos processos da logística
833reversa não podem ser iniciados pelo setor produtivo só quando o Governo
834chamar. Essa é outra característica interessante do processo que nem se o
835setor resolver eu quero fazer, ele não pode só se o Governo pedir. É de tal
836maneira a vontade desse sistema que é crítico, aí a importância da papel do
837CONAMA, eu já estou entrando na discussão específica do GT.

838

839

840**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
841Mesmo porque o lance é lembrar a especificidade técnica da Câmara Técnica e
842não política.

843

844

845O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Da extinção
846do GT a especificidade desta Câmara Técnica para realmente balizar normas
847que não se confundam com as do acordo setorial, mas que possam ser
848fundamentais com a palavra dos representantes dos setores produtivos, dos
849setores de governo e que realmente possam levar a considerações e balizar
850esses acordos setoriais que vão ser feitos sabe se lá por quem. Por quem
851quiser digo eu sei lá por que, por qualquer Governo que vier a minha
852preocupação com a Sociedade Civil é com relação ao poder público com
853Sociedade Civil. Então, sabe se lá porque não temos nenhum tipo de relação.
854Então, já estou diante antemão defendendo essa possibilidade de reorientação
855desses grupos porque com essa possibilidade da não extinção deles porque
856com essa possibilidade nós realmente poderemos estar colocando
857determinadas normas genéricas e bastante importantes para o balizamento
858destes acordos setoriais. E essa discussão efetivamente ela poderá continuar
859sendo mantida nesta câmara e sem isto ela ficará totalmente sem sentido, diria
860que ficará totalmente sem sentido. E eu acho que ela tem o papel sim
861previsto em lei e previsto no decreto isso é o que eu queria adiantar se fiz
862alguma afirmação indevida eu peço que o Silvano que conhece isso me corrija.
863Muito obrigado.

864

865

866O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Só para reorientar algumas coisas,
867eu quero só talvez esclarecer alguns comentários. O acordo setorial pode ser
868iniciado pelo setor produtivo está colocado aqui no artigo (...) procedimento
869para a implantação da logística reversa por meio de acordo federal iniciado
870pelo poder público ou pelos fabricantes. Eu estou dizendo aqui...

871

872

873O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Os
874Consumidores que eu queria dizer, os consumidores jamais podem (...).

875

876

877O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – É, mas eles nunca serão objeto de
878acordo setorial, porque os consumidores na verdade eles utilizam, agora...

879

880

881O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Eles são
882membros, eles fazem parte do sistema e eles têm que fazer o esforço deles.

883

884

885O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Eu vou falar sobre isso depois. Mas
886veja o que eu falei aqui cabe para os acordos setoriais iniciados por iniciativa
887do poder público, que são duas possibilidades, só esclarecer o setor produtivo
888pode fazer acordo setorial e pode inclusive propor nós já inclusive tivemos
889proposta aqui já do SINDISCON só que nós estamos recepcionando a proposta
890de acordo setorial e trazendo para ser um ato de natureza pública. Então, de
891fato não é só o Governo que pode iniciar um acordo setorial, pode existir a
892iniciativa do setor dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes
893dos produtos embalados. Então, esse é o primeiro esclarecimento, segundo o

894que o artigo 16 fala, eu não vou querer aqui dialogar sobre a pertinência do
895grupo ou não, eu estou querendo trazer elementos para consulta. No artigo 16
896eles falam das normas do SOASA, das leis existentes e das normas do
897CONAMA e, portanto porque para aqueles casos de normas já existentes,
898porque que têm normas existentes quer dizer, isso foi inclusive uma
899contribuição importante no processo de diálogo, porque o que faria depois da
900lei aprovada do regulamento aprovado com as resoluções que estavam
901vigentes no CONAMA? Quer dizer perde a validade? Não pode perde. Então o
902que foi colocado no regulamento que de fato cabe a logística reversa deve
903observar aquelas resoluções já existentes e têm até lei existente. A lei de
904agrotóxico é lei ela incorporou o que foi previsto. Então, neste caso cabem para
905esta finalidade os regulamentos, porque logo a seguir, tanto é que foi
906estratégia, a estratégia foi de colocar como prioridade a (...) do que não tem
907resolução CONAMA, porque o que tem resolução CONAMA já está bem à
908frente do que não tem está certo, quer dizer agrotóxico, pneus que pese toda a
909discussão, mas já tem alguma coisa vigendo. Então, esse artigo o artigo 16 ele
910diz assim, o sistema de logística reversa dos produtos e embalagens previstos
911no artigo 33 incisos fulanos de tais cuja medida de proteção ambiental possa
912ser ampliada, mas não abrangidas, abrandadas, deverão observar as exigência
913específicas previstas em lei ou regulamento, norma estabelecida pelos órgãos
914de selo nacional de meio ambiente no caso o CONAMA e o SNVS e o SOASA
915e outras leis para ter uma solução de harmonia com os instrumentos legais
916vigentes. Porque senão criaria um problema jurídico dos mais graves agora
917quanto a sua argumentação e sobre a participação. Veja é que o Governo
918poderia fazer a logística reversa por regulamento de fato poderia a lei diz assim
919a lei não é do Governo está certo, quer dizer o Governo cumpre a lei. O
920Governo obrigatoriamente cumpre a lei, a lei que foi elaborada pelo Congresso
921Nacional ela fala que ela poderia se der por regulamento, acordo setorial ou
922termo de compromisso. O que o Governo está trazendo para si como desafio
923não é fácil, desafio. Criou o comitê orientador com as diretrizes, criou o grupo
924técnico assessor para implementar e o que vai levar para o comitê orientador
925para deliberar são as decisões do grupo de trabalhos temáticos, a ideia é
926construir a proposta no âmbito do grupo de trabalho temático eu lhe informo
927que por sugestão do Ministério da Justiça vai ser convidado o Fórum Nacional
928de Defesa do Consumidor que é o Fórum instituído que o consumidor está
929presente. Para trabalhar para construir uma proposta de acordo federal que
930tenha na sua composição as preocupações com o consumidor e veja que esse
931produto é um produto que vai depois ser deliberado, mas a base será ele. É
932que de fato existia a possibilidade do Governo fazer por decreto, não vai se
933querer fazer por decreto, vai se trabalhar para buscar elementos que vão
934embasar essa proposta e depois ainda tem um outro instrumento que é a
935consulta pública, quer dizer essa proposta se for colocada em consulta pública
936para o acordo setorial a proposta de acordo setorial ela vira consulta pública e
937é uma consulta pública formal com apresentação de sugestões da sociedade,
938dizendo assim aquele acordo setorial não está bom para a Sociedade Civil
939porque ele não permite incluir... Eu na minha casa não fico bem com essa
940proposta de logística reversa está muito longe à assistência técnica, quer dizer
941então, o Governo trabalha com a seguinte perspectiva dá toda a condição de
942diálogo para que a proposta de acordo setorial seja implementada
943considerando a sociedade pode ser isso suficiente? Pode ser, mas até onde

944nós estamos vendo, nós consideramos um processo razoável de diálogo quer
945dizer, então, só esse esclarecimento que eu queria fazer de fato pode não ser
946suficiente, mas o Governo trabalhará para colocar em curso a proposta de
947acordo setorial que tenha escutado todos os setores envolvidos.

948

949

950**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – O
951Eduardo queria fazer mais alguma. Ricardo.

952

953

954**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Silvano eu coordeno um grupo de trabalho
955aqui nessa Câmara Técnica de embalagem de óleo lubrificante e eu vi na sua
956apresentação que você colocou como o grupo de trabalho de óleo e
957embalagens de óleo lubrificante. Mas medicamento não está lá. Então, se é
958nomenclatura, nomenclatura não é usada como argumento e aí já venho e
959pego a discussão aqui que aqui é só embalagem de óleo lubrificante e tem uma
960resolução já pronta, já em andamento a muitos anos de óleo lubrificante. Aqui
961nós estávamos discutindo embalagem de óleo lubrificante e logística reversa,
962basicamente era logística reversa. Tanto que deve se uma boa parte do
963documento que está aqui provavelmente vai ser bem utilizada. A minha dúvida
964era exatamente essa, como o título ficou óleo e embalagem de óleo lubrificante
965nesse grupo de trabalho apesar de não está oficializado ainda vai se discutir a
966resolução CONAMA de óleo ou vai só discutir embalagem de óleo lubrificante.

967

968

969**O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Respondendo a proposta é de óleos
970lubrificantes seus resíduos e embalagens é completo.

971

972

973**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Então, vai se discutir a resolução CONAMA
974que está em andamento aqui.

975

976

977**O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – A base nós esperamos que esse
978grupo de trabalho internalize todo o diálogo que se tem que já foi iniciado, quer
979dizer a ideia é essa.

980

981

982**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – É só este questionamento. Agora refaço,
983aliás, eu vou só refazer porque a FIESP já fez existe inclusive para a Ministra
984quando ela foi lá o mesmo ponto que foi colocado aqui a gente coloca, a gente
985sempre participa das discussões. Mas as decisões nós não participamos e
986como nós temos muito a contribuir nesse processo, eu acho que as decisões
987também a gente deveria participar aí o setor empresarial como já foi citado já
988foi inclusive oficializado isso. Nós gostaríamos de participar das decisões, não
989só da participação, participar é bom, mas decidir é muito melhor.

990

991

992**O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Eu também não posso deixar essa
993pergunta sem resposta. Veja de uma forma geral Ricardo o que a gente vem

994percebendo é o seguinte a qualquer Governo é dado a atribuição de governar.
995Então, o Governo tem uma lei para cumprir ele tem um conjunto de obrigações
996legais, decreto que define o que o Governo tem que fazer. Então, o Governo
997tem que tomar decisões e dizer ele vai tomar decisão ouvindo mais ouvindo
998menos, mas ele tem que tomar decisões. E as decisões são o que a gente está
999verificando, eu já estou cansado e o ano nem começou ainda e nós temos um
1000trabalho grande pela frente a Janaina está aqui participando, o Elder está
1001participando, o Gilberto, a Zilda, a Cláudia, está lá o Ministério das Cidades
1002está participando o Governo tem que fazer sua parte. Eu tenho certeza
1003absoluta eu tenho tranquilidade para dizer que uma grande parte do que foi
1004sugerido de participação de todos os setores foram acatados no regulamento,
1005tanto é que o regulamento antes daquela consulta era um e depois daquela
1006consulta formal re reunião na Casa Civil foi outro regulamento, foi incorporado
1007o conjunto de sugestões e ninguém pode criticar isso. Então, o desafio que nós
1008temos é o Governo fazer o que tem que fazer como atribuição legal nós tem até
1009o dia 21 para ter a proposta de plano a versão preliminar do plano nacional de
1010resíduos. É fácil? Não é fácil, mas tem que fazer agora se nós cairmos numa
1011tentação demagógica, nós vamos conseguir fazer um bom diálogo, mas não
1012faz nada. Eu tenho certeza que nós não vamos ter, eu falei isso da FIESP em
1013qualquer lugar que eu vá o instrumento colocado é um instrumento de diálogo
1014importante quer dizer os grupos de trabalhos vão definir as bases para o
1015acordo setorial para edital que vai ser lançado. O Governo também não pode
1016deixar que isso fuja das mãos dele porque ele tem responsabilidade, mas o
1017instrumento de diálogo eu acho que está bem montado pode não ser suficiente
1018volto a dizer, mas as entidades que têm relação com o tema elas estão sendo
1019ouvidas, vão ser ouvidas e aí a discussão é sobre o tamanho e a suficiência
1020desse debate. Eu estou convicto que o debate está montado para incorporar
1021assim como incorporou nos outros processos também.

1022

1023

1024**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1025Deixa-me fazer uma consideração José Claudio antes. Trouxeram-me aqui um
1026recado me falando da primeira pauta, mas eu acho que todo mundo acredita
1027que é quase que um consenso. Essa primeira pauta aqui é mais para confirmar
1028um informe que vai ser colocado na 61ª reunião. Então, nós vamos dar não a
1029101ª reunião, então nós vamos dar prosseguimento mais a esse debate aqui,
1030que eu acredito que esse debate é o que motivou essa reunião e é o mais
1031importante só para responder o recadinho que eu recebi. Viu José Cláudio
1032fique a vontade.

1033

1034

1035**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
1036**Gerai)s) –** Primeiro eu queria chamar atenção que esse assunto ele entrou na
1037pauta pelo que eu vi e vocês devem ter visto também de todos os documentos
1038que recebemos para essa câmara deliberar se nós vamos suspender ou não os
1039GT, jamais extinção viu (...). E pelo contrário eu vi até que o memorando da
1040Zilda pôs todo cheio de dedos a eventual viabilidade de suspender e o parecer
1041da procuradoria jurídica foi muito claro, compete somente a essa Câmara
1042deliberar se vamos suspender ou não o desenvolvimento dos trabalhos dos
1043GTs. E eu estou entendendo também que é tudo que o Silvano colocou e

1044principalmente da portaria cento e treze diz unicamente respeito à logística
1045reversa é um item do gerenciamento de resíduos. Talvez do pós consumo mais
1046importante, mas não é o único e os GTs foram criados para a questão do
1047gerenciamento ou da gestão dos resíduos pós-consumos. Então, o trabalho
1048dos GTs vai muito além da logística reversa então, isso é o primeiro ponto e
1049entendi também que com a portaria teve o cuidado de dizer o próprio decreto é
1050que respeitadas as normas do CONAMA o Silvano colocou bem. As resoluções
1051do CONAMA que já estão aprovadas estão em vigor vou dar o exemplo aqui
1052dos pneus é quem for a logística reversa o acordo setorial vai ter que respeitar
1053um regra que já existe aí. Com relação no caso de lâmpadas de eletro
1054eletrônico essa regra ainda não existe, ela está em gestação. Não é o caso de
1055obedece-lá até porque ela não existe e com relação ao acordo setorial Silvano
1056eu queria que você me esclarecesse num primeiro momento ainda quando
1057estava se discutindo a lei ou quando logo a lei foi aprovada me ficou a
1058impressão de que os acordos setoriais poderiam ser ou possam ser no nível
1059nacional, no nível estadual, no nível regional ou sub regional e no nível
1060municipal e na hora que eu vi uma transparência que você passou lá parece
1061(...) que o sim ou não ficou parecendo que os editais eles vão ter abrangência
1062nacional. Isso me preocupou porque eu acho que pode ser que tenha
1063empresas ou organizações não governamentais que tenham interesse de fazer
1064a logística reversa no nível estadual, ou nível local ou nível subo regional se ela
1065for obrigada a apresentar uma proposta com nível nacional o que eu acho até
1066complicado face às diferenças regionais que nós temos aqui no País, fazer isso
1067na região sudeste é completamente diferente do que fazer na região norte ou
1068talvez centro-oeste pela distância. Como vão ser esses acordos setoriais? Vai
1069ser esse edital vai ser para, por exemplo, lâmpadas para o País inteiro como é
1070que vai ser isso?

1071

1072

1073**O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Olha Cláudio de fato o decreto fala
1074que os acordos setoriais eles podem ser de âmbito nacional, regionais ou
1075locais. Então, nós estamos falando aqui de um cuidado muito importante que
1076nós que escutamos muito quando a lei foi discutida, que é a questão de você
1077criar analogicamente em relação a guerra fiscal você criar os problemas que
1078cada Estado, cada município tenha sua regra e você acaba tendo problema
1079depois para o município pode criar a logística reversa no nível de restrição
1080muito auto e que aquela indústria não vai para lá. Isso é um problema, quer
1081dizer, nós estamos buscando fazer para essas cinco cadeias que nós
1082discutimos o nosso esforço vai ser trabalhar um acordo nacional de âmbito
1083nacional, mas com especificidades regionais eventualmente com metas
1084regionais para depois os estados e os municípios internazilarem as suas
1085proposta. Quer dizer você pode ter acordo setorial de âmbito estadual, mas nós
1086vamos procurar fazer um esforço para trabalhar uma regra nacional, porque é o
1087que acontece...

1088

1089

1090**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
1091**Gerais)** – Deverá ser muito ampla então, para deixar cada Estado.

1092

1093

1094 **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Pode ser inclusive porque
1095 chamamos a participação dos estados e dos municípios? O que acontece nas
1096 diretivas europeias, você pode ter uma meta em toda a união europeia
1097 diferenciada por países, nós podemos também trabalhar, agora temos que
1098 fazer isso em conjunto. Nós fomos muito abordados com essa preocupação,
1099 sobretudo o setor produtivo de que estados estavam com iniciativa
1100 diferenciadas e eles não sabem o que acontecia o que fazer e é muito ruim
1101 para o País isso. Então, a nossa expectativa é trabalhar com um acordo
1102 setorial de âmbito nacional garantindo especificidades estaduais e regionais
1103 que nós vamos construir juntos e depois os estados trabalham os seus acordos
1104 setoriais, estaduais a nossa tentativa vai ser essa.

1105

1106

1107 **SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Vocês já teriam acordos com regulamento
1108 nacional e aí não precisaria.

1109

1110

1111 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1112 Vou passar a palavra para a Selma representante ANAMMA Nacional.

1113

1114

1115 **A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional)** – É só pontuar na
1116 verdade, porque essa é uma preocupação dos municípios a questão desses
1117 acordos setoriais. Porque eu sempre friso que os problemas arrebentam
1118 mesmo é no município com falta de gestão de resíduo. Então, a minha
1119 preocupação é isso aí que esses acordos setoriais se nós tivermos um guarda-
1120 chuva que depois os estados e municípios podem de alguma forma administrar
1121 e gerenciar isso de forma que atenda eu acho interessante o problema é ele vir
1122 lá de cima e dificilmente nós conseguirmos aplicá-lo.

1123

1124

1125 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – A
1126 diferença da participação com a decisão justamente que o Mourão já havia
1127 colocado.

1128

1129

1130 **A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES)** – Gente a
1131 respeito das falas anteriores aqui eu ouvi com bastante atenção a
1132 apresentação do Silvano e realmente eu estou vendo que o Ministério está
1133 trabalhando muito e já está com propostas apresentadas e algumas
1134 encaminhadas. Agora por outro lado eu estou também preocupada eu me
1135 somo aos colegas aqui que estão preocupados com uma auscultação da
1136 Sociedade Civil, mas com nenhuma participação das deliberações e embora o
1137 Ministério o Governo como um todo tenha um cronograma a cumprir ele queira
1138 e tem obrigação de levar em frente a política implementar. Eu não acho que é a
1139 inclusão da Sociedade Civil representada no caso de pelos consumidores é
1140 que vai impedir o cumprimento desse cronograma não, no caso da ABES que é
1141 uma entidade quer dizer a mais antiga na área de saneamento 45 anos e que é
1142 de caráter multidisciplinar representando grande parte dos técnicos envolvidos
1143 na questão do saneamento, ela se coloca a disposição para participar aí tanto

1144 para ser auscultada quanto para participar de deliberações do processo
1145 deliberativo se lhe for dada essa oportunidade.

1146

1147

1148 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Deixa-me só tentar esclarecer
1149 algumas coisas que parece que não ficou claro o suficiente. No processo de
1150 discussão, eu falei, nós vamos ter a criação de cinco grupos de trabalho, esses
1151 grupos de trabalho vão se reunir no prazo de seis meses para apresentar a
1152 proposta de um edital de um acordo setorial. Então, nós vamos ter um
1153 processo muito rico de auscultação de debate, agora veja o ato é do Governo o
1154 Governo pode deliberar delegar para outro tomar o ato dele, o Governo tem
1155 que em algum momento publicar o acordo setorial ele publica o acordo setorial,
1156 mas o processo de diálogo ele é construído a proposta do acordo setorial vai
1157 ser elaborado. Imagina só tem um ente que pode publicar um acordo setorial é
1158 o Governo Federal, mas o Governo Federal ele faz isso deliberando, ou
1159 melhor, escutando todo o setor produtivo inclusive com consulta pública. Então,
1160 eu não sei se ficou claro aqui no debate porque leiam a lei, leia o decreto, o
1161 decreto fixou a bases para elaborar o acordo setorial, o decreto define que o
1162 Governo elabora um regulamento, elaborar um regulamento é um decreto da
1163 Presidência da República definindo o acordo setorial. Então, o Governo ele tem
1164 que obrigatoriamente ter alguns atos que ele publica publicar esse ato não
1165 significa uma deliberação fora do que está na lei existe uma lei, existe um
1166 decreto e essa lei e esse decreto têm que ser cumprido. Não sei se vocês
1167 viram o decreto define a forma de fazer, o Governo está na lei, ele está dizendo
1168 assim, está bom vou elaborar um decreto, mas antes eu vou escutar a
1169 sociedade vou definir junto com o setor produtivo vou escutar os consumidores
1170 nos grupos de trabalho temático. Então, todo o processo será com participação
1171 agora só o Governo não pode delegar um ato que é de regulamentar isso, ele
1172 não pode fazer tem que ter publicizar os atos com base no processo. Então, eu
1173 não sei se ficou claro, quer dizer a expectativa de deliberação que é diferente
1174 como na verdade criou a logística reversa por lei, criou por decreto o Governo
1175 tem que elaborar a proposta de logística reversa e publicar, ele é obrigado a
1176 fazer isso o que o Governo está fazendo? Ele vai fazer isso, mas vai abrir o
1177 processo de discussão, vai criar grupo de trabalho temático, vai ouvir os
1178 proponentes, vai ter uma proposta de acordo setorial naquilo que ele for fazer
1179 por regulamento ele vai dar todo o processo e depois ele vai publicar o ato com
1180 participação, a maior participação possível.

1181

1182

1183 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1184 Nós não vamos esgotar a discussão agora eu só quero fazer uma sugestão.

1185

1186

1187 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Eu queria pedir licença porque estou
1188 precisando sair, porque eu tenho chamadas da Secretaria Executiva.

1189

1190

1191 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Como eu sou o próximo eu posso só dois
1192 segundos?

1193

1194

1195 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
 1196 Não, tudo bem aí nós poderíamos ficar no intervalo o seguinte, terminar agora
 1197 ao meio dia e voltar uma hora, não vamos conseguir esgotar mesmo esse
 1198 assunto. Se todo mundo concordar foi a primeira proposta que nós....

1199

1200

1201 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
 1202 **Gerais) –** Só uma questão de ordem. Desculpa-me Adriana, mas a gente sai
 1203 das nossas cidades com uma pauta de dez as dezoito, que é de Brasília tem
 1204 que programar para ficar aqui até as dezoito.

1205

1206

1207 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) –** Não consigo fazer
 1208 isso programei para ficar até uma hora e voltar as duas que normalmente é
 1209 assim que é feita a rotina.

1210

1211

1212 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
 1213 Então a sugestão seria parar uma hora da tarde e voltar às duas se for o caso
 1214 está OK então podemos continuar.

1215

1216

1217 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) –** Eu só queria
 1218 inclusive abreviar o primeiro ponto, eu não ia falar sobre esse ponto que seria o
 1219 que o Silvano declarou de tentação demagógica na gestão de participação
 1220 social e controle social. O controle social envolve uma coisa que é muito
 1221 importante que é dar voz e dar voz não significa fazer audiência pública, dar
 1222 voz não significa fazer consulta pública, dar voz significa, por exemplo, no
 1223 plenário do CONAMA onde você tem um terço do plenário composto da
 1224 Sociedade Civil dois terços do poder público, esses dois terços poder se
 1225 manifestar. Ele jamais isso é dar voz, eles poderão dizer e poderão trazer
 1226 aporte, poderão representar as vozes e as audiências públicas nas consultas
 1227 públicas disseram alguma coisa que não foi aceita pelo GT. Então, o conceito
 1228 de governança corporativa de governança e participação social, ele inclui essa
 1229 voz no poder decisório mesmo que seja minoritária e com normas que
 1230 permitam que ela seja rapidamente implementada. O segundo aspecto que eu
 1231 queria fazer menção aqui que compete ao comitê orientador eu vou ler para os
 1232 senhores não dizerem que eu estou interpretando nada. O comitê orientador da
 1233 política ou do processo de logística reversa compete a ele: ele que estabelece
 1234 a orientação estratégia.

1235

1236

1237 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
 1238 Por favor, que artigo?

1239

1240

1241 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) –** Artigo 34 do
 1242 decreto inciso um. Ele estabelece orientação estratégica da implementação do
 1243 sistema, ele que define as prioridades e aprova o cronograma, ele que fixa o

1244cronograma tudo bem, ele que aprova os estudos de viabilidade técnica e
1245econômica, ele que define as diretrizes metodológicas, ele é que avalia a
1246necessidade da revisão dos acordos setoriais, ele que define a forma de
1247realização da consulta pública, é ele que promove os estudos e propõe as
1248medidas de exoneração tributada, ele é que propõe e promove. Então, e ele
1249propõe medidas também esse comitê que não tem essa participação, ele que
1250faz isso tudo. Então, eu digo pode ter qualquer GT lá embaixo a gente sabe
1251disso pode ter qualquer um tipo de GT, mas esse comitê é que vai decidir e
1252esse comitê é governamental e não tem voz de nenhum setor que seja outro.
1253Eu estou dizendo isso no bom sentido e esse é um decreto que poderia ser
1254discutido falar que a consulta que houve lá na Casa Civil englobou a Sociedade
1255Civil como um todo, uma consulta que nós sabemos que nem todos foram
1256convocados alguns que eu acho importante que foram convocados, eu acho
1257que não atende aquilo que chamamos de controle e participação social nessa
1258política. E esse decreto poderia muito bem e pode ainda muito bem ser
1259bastante melhorado com essas sugestões que nós colocamos aqui. Vou direto
1260a segunda questão do problema que aí se o Silvano não quiser dizer nada ou
1261quiser falar agora ou quiser sair... O segundo ponto que eu queria tocar já
1262voltando ao cerne da questão é que nós temos uma opção vejam só como foi
1263colocada aqui. Suspende, e o José Cláudio falou disso muito bem, suspende
1264atuação dos GTs. Eu vejo pela menos outra opção reorientar a atuação dos
1265GTs essa é outra opção bastante vaga só suspende porque suspende para
1266mim é igual a extinção porque está suspenso por tempo indeterminado voltar
1267quando? Na prática nunca, na prática quer dizer nunca todos nós sabemos,
1268não vamos nos enganar. Na prática quer dizer nunca, isso na prática quer dizer
1269nunca. Então, eu acho primeiro que reorientar a atuação dos GTs seria outra
1270forma, outra possibilidade que poderia ser dada a terceira coisa que ficou
1271assegurada nesse debate aqui que é muito interessante é o seguinte, o Silvano
1272deu uma aplicação, uma interpretação da norma jurídica com a qual eu não
1273concordo aqui ninguém se manifestou. É que as normas o que a lei fala e o
1274decreto é das normas estabelecidas essas normas estabelecidas podem ser
1275estabelecidas a qualquer momento, eu não digo que essas normas foram às
1276passadas não, as normas... Eu na minha interpretação jurídica que eu tenho
1277informação seria que as normas que não conflitaram com as atribuições
1278previstas nesta lei podem ser sim implementadas a qualquer momento, podem.
1279Aqueles que conflitarem com o que está disposto nessa lei não, mas aquelas
1280que não conflitarem, que orientarem que estiverem acima dessas podem ser
1281estabelecidas sim, por este CONAMA. Então, este é um aspecto fundamental
1282disso que garante a atuação desta câmara que garante a atuação do CONAMA
1283na política nacional e no processo de logística reversa sim no meu entender e
1284se houver dúvida quanto a isso eu gostaria de propor inclusive que nós
1285encaminhásemos este assunto a câmara de assunto jurídico para
1286interpretação disso porque eu acho que sim este CONAMA continua tendo
1287papéis sobre este assunto. Obrigado.

1288

1289

1290**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
1291**Gerai)** – Luiz eu não quero polemizar não, mas eu acho o seguinte o que o
1292decreto teve o cuidado de dizer é o seguinte, eu tenho que observar as normas
1293do CONAMA e isso eu acho que não tem discussão são as...

1294

1295

1296 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Eu não falei também que não é isso.

1297

1298

1299 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Você ratificou isso. Agora o que eu quero dizer é o seguinte, com 1301 relação aí eu vou até especificar que é o caso que eu estou trabalhando que 1302 são os eletro eletrônicos que o nosso GT já estava bastante adiantado e 1303 recebemos uma orientação do Ministério do Meio Ambiente de interromper os 1304 trabalhos, interrompermos em julho. E eu achei que fazia todo o sentido sim 1305 porque viria o decreto para regulamentar então, de repente nós estaríamos 1306 adiantando uma coisa que poderia contrariar ao decreto. Então, o bom senso 1307 levava a interromper os trabalhos, até que viesse o decreto. Agora no caso 1308 com o comitê orientador como ele tem um, ele vai trabalhar especificamente 1309 com a logística reversa e evidentemente que na nossa norma ou nossa 1310 proposta nós avançamos muito também na questão da logística reversa, eu 1311 entendo que não tem sentido o grupo de trabalho vamos dizer terminar o 1312 trabalho já detalhando a parte de logística reversa que é o que está faltando 1313 acabar de detalhar se o grupo orientador ou assessor, ele vai ter outra visão e 1314 com certeza o bom senso me leva a dizer que o CONAMA jamais aprovaria ou 1315 apreciaria uma nova resolução do CONAMA para eletro eletrônico sem antes 1316 ter essa parte prevista no decreto desenvolvido pelos vários grupos. O que não 1317 quer dizer aí não tenho a mesma opinião que o senhor não Mourão que tão 1318 logo este cronograma esteja acertado da logística reversa o GT vai voltar para 1319 terminar o seu trabalho considerando o que está na logística reversa porque 1320 vamos dizer o objeto do GT ele vai além da logística reversa. Então, eu acho 1321 que vai voltar sim para detalhar considerando o que está previsto na logística 1322 reversa, o que eu não consegui entender foi o que nós aprovamos nessa 1323 câmara para transporte de resíduos e isso o CONAMA eu não estava na 1324 reunião, mas o CONAMA ter arquivado isso que eu não entendo porque o 1325 transporte independente do que foi discutido tudo aí o sistema o que nós 1326 propusemos foi uma desburocratização do licenciamento que dependa do que 1327 vai ocorrer com tudo do grupo assessor e etc. não afetaria, porque é um 1328 processo de licenciamento dos estados e isso que eu não entendi. Aquela 1329 norma que nós aprovamos aqui eu não entendo porque ela não possa ser 1330 aprovada no CONAMA eu acho que é independente, agora os GTs até entendo 1331 como a logística reversa tem uma interferência grande, bom pelo menos no 1332 que eu estou trabalhando tem uma interferência muito grande eu acho que 1333 seria conveniente esperar esse trabalho que está previsto ser desenvolvido 1334 nesse ano.

1335

1336

1337 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA** – Me permita para pedir licença a 1338 vocês, eu tenho que sair o secretário executivo me ligou três vezes para 1339 retornar para ele a ligação, mas a Zilda ficar aqui e a Cláudia vão ficar aqui se 1340 precisar de mais alguma informação eu estou à disposição de vocês e peço aí 1341 agradecer as contribuições e dizer que vamos analisar todas as que foram 1342 necessárias e, sobretudo o que foi realizado nos dois grupos de trabalho que já 1343 foram criados (...). Obrigado gente.

1344

1345

1346 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Já
1347 aproveito para passar a palavra a Zilda que havia solicitado, agora já está aí
1348 para responder essas dúvidas por parte do Ministério.

1349

1350

1351 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom dia a todos só
1352 identificar Veloso gerente de resíduos perigosos do Ministério do Meio
1353 Ambiente. Eu vou começar pelas questões colocadas pelo Conselheiro Mourão
1354 a respeito das resoluções e do CONAMA, eu gostaria que, aqueles
1355 principalmente aqueles Conselheiros mais novos aqui no CONAMA
1356 lembrassem que lá em 99 quando este Conselho acordou uma proposta de
1357 política de resíduos acordou também dentro da antiga câmara de qualidade
1358 ambiental que nós íamos começar a tratar de responsabilidade pós consumo
1359 em resoluções do CONAMA até que a lei tivesse sido publicada. Então, hoje
1360 nós temos um instrumento maior uma lei ordinária que trata do assunto ela
1361 juridicamente tem uma supremacia em cima das resoluções do CONAMA. Ela
1362 é uma lei específica sobre resíduos sólidos e ela tem um poder maior em
1363 relação as antigas resoluções, o objetivo do Ministério do Meio Ambiente já que
1364 nós estamos antecipando um pouco a pauta começando a discutir a proposta
1365 que o Ministério do Meio Ambiente fez de suspensão o objetivo que o Ministério
1366 do Meio Ambiente fez suspender esses três grupos principalmente os três
1367 grupos da logística reversa que estão em andamento lâmpadas eletro
1368 eletrônicas e embalagens de óleo era no sentido por isso suspender José
1369 Cláudio era no sentido de que enquanto a logística reversa não se estrutura e
1370 temos um acordo setorial, nós deixamos isso definido lá e vamos ver o que a
1371 resoluções podem ter de detalhamento que não pode e nem deve ser
1372 contemplado no acordo setorial. Então, o objetivo foi esse não foi de maneira
1373 nenhuma tanto que para elaboração dos termos de referência para convite de
1374 instituições representativas foi feito exatamente como estava nos grupos que
1375 estavam trabalhando sobre esse assunto. Nós temos um limitante formal nós
1376 não podemos fazer um mínimo CONAMA para cada CTT que nós chamamos,
1377 grupo técnico de trabalho nós não podemos fazer um mini conselho, uma
1378 plenária aberta para tudo isso. Então, nós estamos procurando chamar setores
1379 representativos já fizemos um contato com o Ministério da Justiça inclusive
1380 para buscar representantes dos consumidores de associações dos
1381 consumidores para poder melhor acompanhar as questões também da
1382 Sociedade Civil e dos consumidores. Nós fizemos o exercício de chamar os
1383 setores envolvidos e nós temos um prazo. Então, por isso que nós temos aí a
1384 instalação marcada para o dia cinco e nós estamos correndo para colocar
1385 esses convites na rua e me juntar essas pessoas todas num só. Então, o objeto
1386 nosso é só pedir a suspensão desses três grupos relacionados à logística
1387 reversa os outros dois grupos o que revisa a resolução 05 de 93 que trata de
1388 resíduos de portos e aeroportos, terminais rodo ferroviários e da resolução 307
1389 que basicamente foi aprovada a revisão em cima uma total, mas também existe
1390 um plano de gerenciamento de resíduos da construção civil que deve estar
1391 ligado ao plano municipal. Na aprovação na elaboração e na discussão do
1392 plano nacional de resíduos sólidos está prevista elencar as diretrizes que
1393 sejam, sirvam de orientadores para os planos estaduais e municipais. Então, o

1394nosso entendimento eu faço parte do grupo interno de acompanhamento assim
1395como o Gilberto e como a Cláudia é o grupo que congrega técnicos do
1396Ministério e inclusive a jurídica para subsidiar esses grupos técnicos. No
1397entendimento nosso a revisão que trata essas duas resoluções 307 e 05
1398poderia aguardar deveria aguardar as decisões sobre o plano nacional de
1399resíduos sólidos e as diretrizes para os demais, para ficar consoante com isso.
1400Então, o nosso pedido foi um pedido de suspensão já havia sido pedida no ano
1401passado uma suspensão enquanto o decreto não saísse para aguardarmos e
1402vermos o texto que teria o decreto e agora um pedido formal de suspensão até
1403que os acordos setoriais sejam delineados até que o plano nacional seja
1404delineado. Eu acho que não lembro se o Silvano falou, mas se ele falou vale a
1405pena reforçar que o plano nacional de resíduos sólido está prevista a discussão
1406dele na conferência nacional de meio ambiente que vai ocorrer em novembro e
1407que esperamos que trouxesse subsídio para aprovar ou sugerir a proposta de
1408plano nacional de resíduos sólidos. Obrigado presidente.

1409

1410

1411**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1412Entrou na discussão de pauta a proposta o eu entendi no início quando a Zilda
1413já discorreu sobre os três primeiros itens dos processos que falam da
1414suspensão, mas também para mim ficou assegurado a vontade de suspender
1415os outros dois tendo em vista que a senhora argumentou para esperar a
1416consolidação de um plano. Agora é uma consideração pessoal se o plano já
1417está sendo elaborado, estudado qual a contribuição deixaríamos, nós
1418prestaríamos se por causa suspendesse as atividades desses dois últimos
1419grupos penso que não seria saudável tendo em vista que outras contribuições
1420ainda que estejam bem na gênese segundo informações que eu tive aqui da
1421Selma. Mais alguém? Selma fique a vontade.

1422

1423

1424**A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional) –** ANAMMA nacional.
1425Eu entendi todas as considerações da Zilda e tudo, mas eu continuo afirmando
1426que até eu entendo a suspensão dos três GTs tranquilo, mas eu ainda acho
1427que nós deveríamos dar seqüência nos GTs e justifico. Porque a resolução
1428CONAMA a revisão solicitada pela ANAMMA ainda não foi nem vislumbrada
1429ainda aqui sobre aqueles itens de alteração da resolução, independente
1430embora tenha a lei que é a lei maior das diretrizes, mas essa solicitação da
1431ANAMMA de alteração daqueles artigos tem muito a ver com a gestão
1432municipal. Nós precisamos ver isso e dar seqüência a isso com relação a 05
1433também eu acredito que pode ser dá seqüência aí hoje o Éric que era o
1434coordenador do grupo e eu acho que eu entendo que aquelas discussões
1435podem dar seqüência, porque nós temos sérios problemas com relação a isso.
1436Eu acredito como ANAMMA que os três primeiros tudo bem, mas o dois último
1437que é a 357 e 05 dá para dar seqüência normal.

1438

1439

1440**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1441Janaina.

1442

1443

1444 **A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**
1445 **da Saúde)** – Considerando que houve um debate muito intenso aqui relativo à
1446 questão da logística reversa que está ligada ao GTA que está ligada ao (...).
1447 Contudo me pareceram um pouco distante todos os outros grupos de trabalhos
1448 porque no final nós temos dez grupos de trabalho cinco ligado ao GTA e cinco
1449 ligados ao comitê interministerial. E os ligados ao comitê interministerial estão
1450 discutindo planos, plano nacional de resíduos sólidos perigosos. Então, seria
1451 muito interessante que todos nós apropriássemos bem porque, por mais o que
1452 Silvano tenha quis mostrar aqui, eu não acho que ele teve grande sucesso,
1453 porque me pareceu que está tendo bastante dificuldade de compreensão como
1454 o Ministério da Saúde está envolvido em todos esses grupos para nós está
1455 bem claro como está a coisa. Então, a opinião do Ministério da Saúde que eu
1456 trouxe hoje aqui é pela suspensão de todos até que a gente ande um pouco
1457 mais e possa reavaliar a pertinência desses grupos porque não é só logística
1458 reversa que está sendo discutida. Esse é um ponto muito importante nós temos
1459 que entender que existem planos que existem... Então, não dá para nós
1460 ficarmos fazendo discussões paralelas de coisas que têm um geral sendo
1461 discutido também em função disso eu gostaria que as pessoas considerassem
1462 isso para poder fazer suas apreciações.

1463

1464

1465 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu queria um
1466 esclarecimento, se é possível, não precisa ser agora o Mourão pode falar. Eu
1467 só quero a palavra depois para esclarecer.

1468

1469

1470 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Eu gostaria de
1471 fazer duas considerações uma para a Dra. Zilda primeiro que quando se fala
1472 em participação eu não posso ficar submetido aos desejos de uma pessoa que
1473 eu conheço que é a Dra. Zilda poderá está sentada na cadeira Dra. Zilda,
1474 amanhã uma senhora hipotética de norma ou de um senhor... Quando ficam
1475 (...) de pessoas se decidirem quem participa ou não nós abrimos mão do nosso
1476 dever de cidadão de participação digo mais do que isso. Então, essa é uma
1477 crítica só para me contrapor a essa coisa, olha eu não posso me restringir às
1478 pessoas tem que ser institucionalizado. Bom quanto ao aspecto em si da
1479 questão eu volto àquilo que eu falei quando a gente reorienta o grupo ou se dá
1480 um prazo eu concordo até com um prazo definido específico que eu vejo já
1481 estou já me certificando que já que nós não podemos tratar apenas, não
1482 estamos tratando apenas da logística reversa, eu acho que o grupo bem
1483 poderia sim ser reorientado a trabalhar as questões com as quais não sejam
1484 incidentes naquilo que está publicado. Que foi exatamente o que eu disse
1485 aquilo que no CONAMA for publicado como norma que não contrarie essa lei é
1486 totalmente válida e possível de ser editada e possível de ser cumprida sim,
1487 porque essa lei naquilo que ela não abranger a norma continuará valendo até
1488 que haja uma lei que regulamente aquilo que o CONAMA falar e que não tenha
1489 sido falado em outra lei. Então, uma das possibilidades seria a gente tratar
1490 desse GTs reorientando para que não tratem especificamente sob os aspectos
1491 de logística reversa as questões trocadas aqui até que existam definições para
1492 as normas. Então, nós podemos fazer algum tipo de consideração que atenda
1493 a esse tipo de preocupação e eu estaria a favor, muito obrigado.

1494

1495

1496A SRª. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) – Zilda Veloso
1497Ministério do Meio Ambiente. Eu queria reforçar o pedido quer dizer o pedido
1498de suspensão estendido a revisão da 307 e da 05 ele estava presente aqui
1499inclusive na apresentação do Silvano no momento em que o Silvano coloca os
1500trabalhos do comitê interministerial o grupo um que é o de planos e
1501acompanhamento da implementação da política na seu quarto item, ou seja, no
1502quarto boletim ele fala o seguinte: elaborar propostas de ações destinadas a
1503apoiar a elaboração, implementação, execução e revisão dos planos de
1504resíduos sólidos referidos no artigo 14 da lei 12305 de 2010. O artigo 14 da lei
150512305 de 2010, os senhores têm a lei aí ele fala do plano nacional, dos
1506estaduais, dos micros regionais, dos intermunicipais e dos planos municipais
1507de gestão. Então, pois isso que é a justificativa que nós do Ministério do Meio
1508Ambiente tivemos com respaldo da nossa jurídica de que a suspensão poderia
1509delinear o que vai ser esses planos para fins de cumprimento do plano nacional
1510de todos os outros planos subseqüentes e se aguardaria a revisão baseada
1511nisso o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil está ligado
1512diretamente ao plano municipal de gerenciamento de resíduos. E ele está
1513contemplado aqui no GT1 do grupo interministerial assim como a revisão da
1514resolução 05. A revisão da resolução 05 nas reuniões que houve esbarrou
1515muito na interferência de quando o empreendimento tem que apresentar o
1516plano de gerenciamento ao Estado, ao órgão de saneamento, ao órgão a outro
1517órgão a Infraero tem que apresentar seus planos e esses planos são
1518conflitantes entre si. Então, isso está na pauta do grupo que vai tratar do plano
1519nacional de resíduos nós já colocamos, nós já discutimos isso a Cláudia vem
1520acompanhando isso, a Cláudia depois se quiser complementar alguma coisa. É
1521por isso que vem o nosso pedido não tem como eu dizer agora o que vai ser a
1522cara dessa resolução depois que sair o plano nacional dos estaduais e
1523municipais. Por isso que eu peço aos senhores e peço também a ANAMMA
1524que é proponente dessa revisão eu acho que a saúde é proponente da revisão
1525da 05 se não me falha a memória, não é? Mas não foi proponente. Bom de
1526qualquer forma, sorte por isso que foram colocados juntos porque eles têm a
1527ver e não foi colocado junto o de resíduos usados como micro nutrientes
1528porque realmente ele não tem o impacto direto sobre isso, ele não tem o
1529impacto direto nem nos planos nem na logística reversa, ele é um assunto de
1530qualidade do solo e de licenciamento ambiental basicamente. Então, por isso
1531que não foi pedido, nós não pedimos para parar os trabalhos da Câmara
1532Técnica existem outras resoluções em andamento a revisão das resoluções de
1533tratamento de térmico de resíduos e com o processamento, informes e
1534cimentos a revisão da resolução 23 de 96 que nós vamos trazer uma minuta a
1535essa Câmara Técnica provavelmente até a próxima reunião, não é Gilberto?
1536Nós estamos fazendo uma proposta para submeter aos senhores. Então, nós
1537não estamos querendo suspender os trabalhos da câmara muito pelo contrário,
1538a câmara vai ser importantíssima para atua na complementação daquilo que
1539não vai poder ser feito pelo acordo ou por outra norma qualquer.

1540

1541

1542O SR. RICARDO GARCIA (CNI) – Ricardo CNI. Zilda há um cronograma de
1543trabalho estabelecido pelos GTTs o GTAs também e essa sopinha de letras aí,

1544essa suspensão que você está propondo para esses grupos de trabalhos está
1545ligado a esse cronograma ou é suspensão sem o prazo? Essa é minha dúvida
1546Zilda porque eles têm cronograma lá dentro do grupo de trabalho.

1547

1548

1549**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – No momento em
1550que nós fizemos o pedido não tínhamos o cronograma ainda, quando nós
1551fizemos o pedido não tinha nenhum cronograma aprovado, nós fizemos o
1552pedido para nos adiantar e colocar, mas nós temos um prazo a política
1553nacional o plano nacional de resíduos sólidos ele tem que estar publicado
1554Cláudia até junho do ano que vem? Mas qual o prazo de apresentar? É final de
1555junho é uma versão preliminar que vai ser discutida na conferência e
1556provavelmente vai ser em novembro e passa nos conselhos estaduais, porque
1557a conferência tem essa característica mais ou menos na metade do ano que
1558vem que ela vai ser aprovada. Então, os senhores se acharem por bem, eu
1559acho que podem fixar esse prazo nós tínhamos em mente isso, só nós não
1560tínhamos naquele momento o cronograma aprovado, por isso que não
1561atrelamos o nosso pedido ao cronograma.

1562

1563

1564**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Foi surpresa para vocês e para nós
1565também.

1566

1567

1568**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1569Passo a palavra ao José Cláudio e depois ao Eduardo que está inscrito.

1570

1571

1572**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
1573Gerais)** – José Cláudio Minas Gerais. Zilda, sua fala me deixou uma dúvida
1574porque pela lei os resíduos da construção civil não estão sujeitos a elaboração
1575de plano de gerenciamento e nem os resíduos sólidos urbanos. Então, os
1576municípios só farão um plano de gestão. Então, aí até corroborando os três
1577primeiros eu até entendo a suspensão, mas se o resíduo da construção civil
1578não está sujeito ao plano de gerenciamento porque não discutir?

1579

1580

1581**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Porque ele está
1582vinculado ao plano municipal.

1583

1584

1585**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
1586Gerais)** – Sim, mas o plano municipal ele é de gestão, não é de
1587gerenciamento, então ele não entra no detalhe do gerenciamento há uma
1588diferença segundo a lei entre plano de gestão e plano de gerenciamento o de
1589gerenciamento é extremamente operacional os itens que ele coloca, o gestão é
1590mais de diretrizes de política do próprio município. E eu estou entendendo que
1591o está o que nós estamos discutindo aí ele é mais relativo à operacionalização.

1592

1593

1594 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – As
 1595 operacionais o gerenciamento não está vinculado à gestão? Eu entendo
 1596 que sim a leitura que nós fizemos foi essa de que a gestão ela vai dar diretrizes
 1597 gerais e o gerenciamento vai especificar aquilo que for de sua competência
 1598 agora foi essa a leitura que nós tivemos, salvo melhor juízo.

1599

1600

1601 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
 1602 Gerais)** – Porque no caso das diretrizes da construção civil você tem a
 1603 resolução CONAMA específica. Pode voltar lá só para que eu recorde, é dúvida
 1604 mesmo que eu tenho. Não na pauta. A penúltima. São as duas últimas lá é a
 1605 última revisão da resolução CONAMA.

1606

1607

1608 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – 05 e 307 são essas
 1609 duas só.

1610

1611

1612 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
 1613 Gerais)** – A revisão seria eu estava achando que era um item específico aí que
 1614 estabelece.

1615

1616

1617 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – A revisão.

1618

1619

1620 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
 1621 Gerais)** – Aí ela é geral. Então, está certo.

1622

1623

1624 **A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional)** – Selma, Anamma. Eu
 1625 continuo ainda reforçando a necessidade em função daquela solicitação da
 1626 ANAMMA, porque nós temos sérios problemas principalmente nos municípios
 1627 com degradação ambiental a necessidade de se degradar áreas para se fazer
 1628 as áreas de empréstimos para cobertura de células. A proposta nossa é de uso
 1629 desse material logicamente com projetos para fazer cobertura de célula parte
 1630 desse material seria o entulho já bem selecionado com (...) adequada para
 1631 compor essas células. E é proibido pela resolução fazer isso então, nós
 1632 precisamos dessas modificações aí eu continuo reforçando que há
 1633 necessidades.

1634

1635

1636 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
 1637 Passo a palavra para Eduardo.

1638

1639

1640 **O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT)** – Eduardo CNT. Eu gostaria de compartilhar
 1641 o que o José Cláudio levantou sobre a questão da movimentação de resíduos
 1642 perigosos, só gostaria de entender porque que isso... É.

1643

1644

1645 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu realmente tinha
 1646 me esquecido de responder isso, eu não anotei tinha esquecido. A
 1647 movimentação tem duas novidades na lei 12305 uma é a instituição do sistema
 1648 nacional de, o nome de informações sobre resíduos sólidos ele tem um nome
 1649 mais cumprido CENIR e o cadastro de operadores de resíduos perigosos.
 1650 Então, quando nós discutimos o desenvolvimento desses dois sistemas da
 1651 mesma forma acreditamos que a movimentação vai estar inserida dentro dos
 1652 trabalhos desse sistema nacional de resíduos e dentro do cadastro de
 1653 operadores de resíduos perigosos. E isso poderia ser incluído no grupo cinco
 1654 do grupo interministerial que é o grupo que trata do sistema nacional de
 1655 informações sobre resíduos o CENIR e por isso foi pedida a retirada dessa
 1656 resolução.

1657

1658

1659 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
 1660 Luiz Mourão já havia se inscrito, novamente.

1661

1662

1663 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Eu acho que
 1664 volto a estabelecer aqui, eu acho que a gente vincular o grupo de trabalho que
 1665 existe lá que é feito para realmente ouvir e a outra aqui, nós vamos fazer a
 1666 discussão aqui, porque lá está acontecendo, o grupo eu quero voltar à questão
 1667 que um grupo de trabalho ele não tem o grupo técnico ou grupo de trabalho ele
 1668 não tem o poder decisório. Mas ele tem o poder de subsídio não tenho opinião
 1669 formada sobre esse assunto posso até discutir, mas se esse grupo trazer com
 1670 a participação que tem aqui aportes interessantes para o grupo técnico, porque
 1671 isso não poderia ser aproveitado não poderia estar sendo até... Volto à questão
 1672 que os grupos de trabalho eles vem para a Câmara Técnica não
 1673 necessariamente eles podem, tem que ser formada uma resolução, eles podem
 1674 servir de subsídios para determinadas coisas o entendimento de determinadas
 1675 coisas são necessárias. Eu não vejo também porque têm que eles têm que
 1676 extinguir uma discussão porque determinada coisa pode ou não ser, eu acho
 1677 que eles tem que estabelecer sim que esses grupos de trabalho funcionem se
 1678 eles tiverem funcionando que eles não estejam produzindo trabalhos que seu
 1679 conflitem com a competência que existe de outro setor. Isso tem que ficar bem
 1680 claro que legalmente nós não podemos fazer isso, chegar aqui e está propondo
 1681 qualquer coisa que seja contrária a atribuição do CONAMA. Agora eu não vejo
 1682 nada que ainda não seja feito que não possa servir de suporte para as coisas
 1683 que vão ser feitas poderíamos em tese argumentar do custo o custo de
 1684 funcionamento do grupo de trabalho, o custo administrativo e tal, mas essa é
 1685 uma possibilidade que a gente tem que examinar se realmente este grupo
 1686 poderá trazer algum suporte para o grupo técnico comparado a contribuição
 1687 efetiva para isso, eu gostaria de trazer essas contribuições.

1688

1689

1690 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Só um
 1691 esclarecimento só para lembrar, eu acho que essa sugestão de dar subsídios
 1692 parece até uma sugestão razoável só que hoje esses grupos estão convocados
 1693 para elaborar uma resolução, para revisar duas resoluções. Então, tanto esse

1694dois grupos que estão agora em discussão revisão da 307 de 2002 trata-se de
1695resíduos da construção civil e revisão da 05 de 93 os dois grupos são revisão
1696de resolução. Então, por isso que nós achamos que eu concordo com tudo que
1697o senhor falou, mas eu pediria, eu acho que o trabalho vai ter sim uma hora
1698que vai ter uma interface. Então, eu não sei se seria oportuno a gente continuar
1699a discussão da revisão e mesmo sem ter a discussão terminado no âmbito
1700desse dois comitês responsáveis pela implementação da política. Não sei se
1701seria pulverizar um gasto de energia desnecessário ou concentrar energia para
1702desenvolver alguma coisa e no futuro detalhá-la através de uma resolução do
1703CONAMA.

1704

1705

1706**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1707Primeiro estava inscrita a representante a ABES Maria Geraldina.

1708

1709

1710**A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) –** Pela
1711discussão que estou vendo aqui, eu gostaria de saber se esse Fórum aqui ele
1712tem poderes para reorientar a discussão, reorientar o escopo de trabalhos de
1713grupos de trabalho se tem qual é a dificuldade em reorientar o escopo dos
1714trabalhos deste grupo, desses grupos no sentido de eles passaram a subsidiar
1715de fato os planos de resíduos sólidos através dos comitês criados aí? Minha
1716proposta é nesse sentido de reorientar para que eles de fato possam subsidiar
1717elaboração da política do detalhamento.

1718

1719

1720**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1721Antes de passar a palavra para o Ricardo vou fazer só uma consideração eu
1722acredito que os grupos eles já orientam a partir do seu trabalho, do resultado aí
1723já é uma orientação que poderia ser acolhida pelo comitê é só um
1724consideração que eu gostaria de fazer se quiser responder Maria eu peço só
1725um minuto para o Ricardo.

1726

1727

1728**A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) –** Se eles
1729forem suspensos eles não vão ter como orientar.

1730

1731

1732**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1733Justamente, então não vai existir orientação, não tem resultados no trabalho.
1734Ricardo, por favor.

1735

1736

1737**O SR. RICARDO GARCIA (CNI) –** Ricardo da CNI. Eu acho que quanto aos
1738três primeiros o grupo de trabalho embalagens de eletro eletrônico e lâmpada
1739eu acho que não está tendo um grande problema porque existe um espelho
1740dentro desse GTT, existe um espelho direto com a observação que de
1741embalagens de óleo lubrificante, tem óleo lubrificante no meio é uma
1742observação. Então, observando que o grande problema da construção civil é o
1743plano de gerenciamento agora no artigo 45 parágrafo segundo do decreto está

1744aqui bem explícito, os planos de gerenciamento de resíduos da construção civil
1745serão regidos pelas normas estabelecidas pelos órgãos componentes do
1746SISNAMA. Aí já vai uma pequena observação e a segunda que, enquanto não
1747sair esse documento lá do grupo de trabalho que vai sair em junho ou julho do
1748ano que vem vai continuar vigendo a resolução que trata da construção civil e
1749pegando o que a Selma tinha comentado ela tem problemas. Então, vai ficar
1750até junho do ano que vem com problema até sair às regras do outro grupo
1751GTT. Então, neste caso específico e no anterior eu não vejo como suspender
1752os trabalhos aqui dentro dessa Câmara Técnica, haja vista que elas têm
1753discussão específica que está dando problema inclusive para os municípios.

1754

1755

1756**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1757José Cláudio.

1758

1759

1760**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
1761**Gerais) –** Até porque no meu entendimento esse parágrafo ele veio para frisar
1762o seguinte, resíduo da construção civil e plano de gerenciamento da construção
1763civil não faz parte do escopo da lei porque se nós formos à lei do artigo 20 ele
1764fala quais são os resíduos que estão sujeitos a plano de gerenciamento e não
1765põe o da construção civil. Portanto, o decreto não poderia inovar, ele não
1766poderia dizer diferente. Então, eu acho que esse parágrafo segundo só veio
1767para reafirmar o plano de gerenciamento da construção civil não tem nada a
1768ver com essa lei, tem só a ver com a resolução do CONAMA. Agora eu nem sei
1769em que estágio está eu acho que talvez agora depois do almoço os
1770coordenadores desses grupos poderiam dizer por que no caso específico do
1771resíduo eletro eletrônico nós avançamos tanto, não é Zilda participou que o
1772ponto que nós estamos é praticamente faltando para decidir são as metas é a
1773discussão do setor empresarial. Então, eu acho que não vai adiantar nada nós
1774continuarmos o nosso grupo, pelo menos é a primeira avaliação que eu faço,
1775porque nós vamos depender do que vai ser discutido nos acordos setoriais que
1776vão inclusive estabelecer as metas. Então, nós e tenho certeza evidente até
1777porque o Ministério participou muito que todo o trabalho mais de um ano de
1778reuniões e etc. vai ser grande subsídio para o grupo para orientador, o grupo
1779técnico assessor porque ali tem o produto de muita reunião e de alguns
1780consensos construídos. Eu não sei o caso da construção civil em que estágio
1781que ele está. Não, mas aquilo nós se eu me lembro bem aqui nós resolvemos a
1782polêmica do amianto e o que ficou discutido é que se faria uma revisão geral.
1783Deliberou-se pela abertura do grupo de trabalho com o escopo definido
1784exclusivamente para o gerenciamento da construção civil com a coordenação
1785da ABES e relatora Zilda. Deliberou pelo encerramento dos encaminhamentos
1786das propostas para reclassificação dos resíduos de amianto com a redação
1787dada... Nos outros aspectos, eu não vejo porque também não seguir até
1788porque não começar porque ainda não teve nenhuma reunião.

1789

1790

1791**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
1792Mais alguém inscrito? José Cláudio? Bom eu queria propor se pudesse fazer
1793essa votação depois do almoço, não vamos propor a votação para nós

1794voltarmos e depois do almoço voltar 2 horas e faz a votação. Bom, vocês
1795acham que já tem um trato fino? Bom, pelo que ficou discutido eu entendi que
1796existe praticamente três propostas consolidadas, a primeira que foi
1797encaminhada pelo Ministério que a suspensão dos cinco grupos de trabalho,
1798uma segunda que pareceu se amadurecida a suspensão dos três primeiros e a
1799manutenção dos dois últimos. Então, na verdade são duas proposta. E se
1800houver alguma outra ou então podemos votar grupo por grupo também.

1801

1802

1803**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Só fazendo
1804a... Não é uma suspensão simples de acordo com determinado cronograma
1805sem data de retorno. Até que depois de estabelecida a norma.

1806

1807

1808**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1809Até que se analisem os comitês, os trabalhos dos comitês.

1810

1811

1812**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (representante do Estado de Minas**
1813**Gerais)** – Só uma coisa Presidente quem é o coordenador do outro grupo? Éric
1814do Ministério da Saúde. Os dois que estão dando discussão. Os dois últimos.
1815Ah portos e aeroportos é você Eric? Eu gostaria de ouvir a opinião dos
1816coordenadores para saber o que eles acham.

1817

1818

1819**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1820José Cláudio você fala dos cinco grupos, ou você fala dos dois?

1821

1822

1823**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
1824**Gerais)** – É eu acho que mesmo dos outros, o do eletro eletrônico eu já dei
1825minha opinião como coordenador que eu acho que é pertinente mesmo
1826suspender até que nós tenhamos o desenvolvimento dos outros trabalhos.
1827Agora eu gostaria de ouvir dos demais.

1828

1829

1830**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1831Então, vamos convidar o coordenador da revisão da 05 de 93.

1832

1833

1834**O SR. ÉRIC FISHER (Ministério da Saúde)** – Bom dia a todos os trabalhos...
1835Éric Fisher Ministério da Saúde com relação a essa questão dentro do GT tem
1836uma questão central é a reclassificação dos resíduos no anexo de como deve
1837ser é uma discussão que independe do trabalho aí desenvolvido nos comitês.
1838Agora tem uma questão central que é a questão do gerenciamento de resíduos
1839a gente discutiu principalmente na área de portos que você tem cada terminal
1840tem o seu plano de gerenciamento de resíduos, e vai haver o plano de
1841gerenciamento de resíduos de todo o porto. E esse tem que ser lincado com o
1842gerenciamento municipal. Então, nesse ponto é uma questão que a gente tem
1843que aguardar a colocação dos do que virá a orientação que virá por parte da

1844política. Então, numa avaliação rápida sem ter discutido internamente da forma
1845como está a revisão (...) da resolução CONAMA 05 eu acho que a discussão
1846não faz muito sentido. Agora tem uma outra opção que seria trabalhar a
1847questão da classificação de resíduos têm algumas questões também que foram
1848incluídas pelo... Não se pensar em continuar, continuar com uma parte e não é
1849por suspensão. OK.

1850

1851

1852**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Eu tenho uma dúvida. Ricardo da CNI. As
1853atividades dos portos e aeroportos dependem de licenciamento? E o plano de
1854gerenciamento está ligado ao licenciamento? Então, independente ser for
1855discutido o global ou o regional ou qualquer outro, vocês vão ter que continuar
1856fazendo plano de gerenciamento senão paralisa a atividades então, que
1857discussão que vamos ter?

1858

1859

1860**O SR. ÉRIC FISCHER (Ministério da Saúde)** – O grande problema é a
1861integração você vai ter que fazer um plano integrado com o gerenciamento
1862municipal e aí então, essa é a questão central.

1863

1864

1865**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
1866Gerais)** – Éric só uma dúvida no caso da construção civil está claro aqui que,
1867porque esses dois casos são revisões não são novas normas e que a
1868ANAMMA está colocando muito claramente que a atual resolução ela traz uma
1869série de problemas para a gestão municipal e, portanto daí a urgência. Agora
1870no caso de aeroportos e portos o que eu queria saber também a atual
1871classificação quando você fala que é preciso rever a classificação a que tem
1872hoje traz problemas?

1873

1874

1875**O SR. ÉRIC FISCHER (Ministério da Saúde)** – A questão é quando veio a
1876gripe aviária e outras questões então, tem uma questão central que é a
1877necessidade de se fazer o tratamento dos resíduos na área primária
1878principalmente em portos e aeroportos. Essa é uma questão conflitante entre a
1879vigilância agro sanitário a vigilância sanitária e o MMA. Então essa é uma
1880questão que tem que ser resolvida e que não vai ser resolvida nem lá e nem
1881aqui eles vão ter que sentar e discutir. Então, essa é uma discussão central
1882que tem que ser travada e com base na definição dessa discussão é que vai
1883dar segmento na classificação dos resíduos e essa discussão é independente
1884do plano de gerenciamento.

1885

1886

1887**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
1888Gerais)** – Até porque a lei diz que os resíduos não estão sujeitos só a plano de
1889gerenciamento é o que a lei fala. Não está escrito aqui.

1890

1891

1892**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Não. Deixa fazer um
1893esclarecimento Éric. O Ministério da Saúde está se esquecendo de um ponto

1894Éric que nós temos um grupo trata de resíduos perigosos que é
 1895regulamentação de como serão os resíduos perigosos e aí Ricardo é que está
 1896o link com esse assunto. Então, áreas contaminadas e resíduos perigosos.
 1897Então, há que se esperar sim a decisão desses grupos para se ter uma diretriz
 1898maior o mesmo vai acontecer no município. Quer dizer essa resolução que está
 1899sendo revista ela vai com volta a dizer ela vai ter que atender as diretrizes dos
 1900planos de gestão municipais que estão dentro delas o gerenciamento de
 1901resíduos da construção civil, salvo o melhor juízo. Então, eu acho que são dois
 1902trabalhos paralelos que não pode garantir a integração de um e de outro
 1903porque eles têm tempos de maturação diferente e tem componentes muitas
 1904vezes diferentes e que a gente talvez tenha um esforço hercúleo de retomar
 1905esses dois grupos, e esses dois grupos teriam um produto que não
 1906necessariamente ele vai estar concluído no tempo que for necessário nos
 1907grupos da política. Então, por isso eu pediria aos senhores que ponderassem a
 1908cerca desses pontos.

1909

1910

1911**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
 1912**Gerais)** – Agora eu quero voltar só porque vocês falaram não, não, não. O
 1913artigo 20 é muito claro, está sujeitos a elaboração de plano de gerenciamento
 1914de resíduos: 1 os geradores de resíduos previsto nas alíneas E, F, G e K a J
 1915não está. Quem disse isso foi a lei.

1916

1917

1918**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu sei José
 1919Cláudio. José Cláudio eu sei eu não estou falando isso, eu estou dizendo que
 1920nós temos uma resolução.

1921

1922

1923**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
 1924**Gerais)** – No inciso quarto aqueles que estiveram normas estabelecidas. Essa
 1925norma do CONAMA estabelece.

1926

1927

1928**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Está dentro e está
 1929linkado com o plano municipal.

1930

1931

1932**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
 1933**Gerais)** – Não está com o plano municipal sim, mas não necessariamente
 1934gerenciamento.

1935

1936

1937**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
 1938Bom nós ouvimos o coordenador da revisão da 05/93 a ABES que é o
 1939coordenador da coordenação de revisão da 307.

1940

1941**A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES)** – Este grupo
 1942de trabalho na verdade não se reuniu ainda, mas nós pretendemos no horário
 1943de almoço discutir uma, sentar com os integrantes do grupo para discutir uma

1944data para a próxima reunião e uma vez que ele tem escopo que não conflita
1945com o da política, com os dos planos de gerenciamento da política a nossa
1946intenção é no sentido de prosseguir com esse grupo.

1947

1948

1949**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Na
1950verdade é o plano de gestão, o gerenciamento fica por nossa responsabilidade
1951que é a parte técnica. Se existe o consenso não existe na verdade vamos
1952passar para a votação.

1953

1954

1955**A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**
1956**da Saúde)** – Presidente. Janaína Ministério da Saúde. Pela discussão aqui eu
1957queria saber o que você colocar aí?

1958

1959

1960**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1961Inicialmente nós havíamos feito duas propostas porque ficou mais entendido,
1962que uma era votar pela proposta do Ministério da suspensão temporária de
1963acordo com o cronograma de todos os grupos de trabalhos e a segunda seria
1964porque ficou mais evidente de que talvez a suspensão dos três primeiros não
1965prejudique o andamento dos comitês e a permanência dos dois últimos grupos
1966de trabalho. Eu entendi que essas duas propostas são as mais evidentes, mas,
1967porém também nós podemos votar item por item se for o caso.

1968

1969

1970**A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**
1971**da Saúde)** – Talvez seja melhor então votar item por item porque a quarta
1972também nós somos pela suspensão OK.

1973

1974

1975**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
1976Item por item. Processo a processo. Grupo por grupo. Então vamos seguir a
1977esquerda fazendo a volta na mesa. Vamos votar aberto item por item.

1978

1979

1980**A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional)** – ANAMMA nacional
1981pelo primeiro item nós votamos pode ser suspenso desde que obedecida
1982àquelas questões de cronograma e tudo.

1983

1984

1985**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Pela suspensão do GT estabelecendo se
1986uma data para essa suspensão.

1987

1988

1989**A SR^a. ELAINE (Estado de Alagoas)** – Pela suspensão do GT, mas lembrando
1990que o José Cláudio comentou tem muita coisa já definida se essas coisas
1991definidas não poderiam ser aproveitadas nesse grupo que está sendo instituído
1992pelo próprio Ministério, coordenado pelo Ministério, mas para mim suspensão.

1993

1994

1995**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Estão sendo
1996aproveitadas.

1997

1998

1999**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2000Tem que se identificar antes do voto até para constar na gravação.

2001

2002

2003**O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT)** – Eduardo Vieira CNT. Suspensão com data
2004de retorno.

2005

2006

2007**A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES)** – ABES pela
2008suspensão do GT com aproveitamento das discussões lá nos planos e
2009estabelecimento da data de retorno.

2010

2011

2012**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Luiz Mourão.
2013Pela suspensão com prazo de retorno.

2014

2015

2016**A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**
2017**da Saúde)** – Janaina Ministério da Saúde. Suspensão.

2018

2019

2020**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2021**Gerai)s)** – José Cláudio Governo do Estado de Minas Gerais. Suspensão
2022propondo com prazo de seis meses.

2023

2024

2025**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2026Pedro Henrique ANAMMA Centro Oeste. Voto pela suspensão e acredito que a
2027sugestão do José Cláudio com o prazo determinado para seis meses até para
2028se avaliar se o comitê observou ou não que já existia do produto que foi
2029realizado pelo trabalho que foi feito.

2030

2031

2032**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu sei que os
2033senhores estão em votação, eu estava olhando aqui o cronograma foi aquele
2034que o Silvano colocou na tela, eu acho que teria que ser no mínimo uma
2035suspensão por oito meses. Estou vendo prazos na nossa proposta até
2036novembro desse ano então assim sei lá uma suspensão.

2037

2038

2039**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2040**Gerai)s)** – Está bom eu refaço os nove meses uma gestação bem feita.

2041

2042

2043 **O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Eu posso dar outra sugestão? Nas próximas
2044 reuniões das câmaras técnicas poderia ser dado algum reporte desse grupo de
2045 trabalho para nós vermos exatamente este encaminhamento para estabelecer
2046 se seis, ou nove dez, ou quinze meses seria adequado.

2047

2048

2049 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2050 Suspensão aprovada por unanimidade, então pode constar os nove meses
2051 para que se avalie depois. O segundo processo gerenciamento das
2052 embalagens usadas de óleo lubrificante.

2053

2054

2055 **A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional)** – ANAMMA Nacional
2056 suspensão obedecida às mesmas regras que nós discutimos.

2057

2058

2059 **O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – CNI Ricardo. Pela suspensão do grupo de
2060 trabalho nas discussões com observação que aqui nessa câmara de trabalho
2061 nós tratamos de embalagem de óleo lubrificante no grupo de trabalho está
2062 tratando de óleo e embalagem de óleo lubrificante.

2063

2064

2065 **A SR^a. ELAINE** – Elaine. Alagoas. Pela suspensão.

2066

2067

2068 **O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT)** – Eduardo CNT suspensão.

2069

2070

2071 **A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES)** – Geraldina
2072 ABES suspensão.

2073

2074

2075 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Pela
2076 suspensão com cronograma.

2077

2078

2079 **A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério
2080 da Saúde)** – Janaina Ministério da Saúde suspensão.

2081

2082

2083 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
2084 Gerais)** – José Cláudio Governo do Estado de Minas Gerais suspensão pelo
2085 prazo de nove meses.

2086

2087

2088 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2089 Pedro Henrique ANAMMA Centro Oeste suspensão.

2090

2091

2092 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2093 Aprovado por unanimidade também pelo mesmo prazo. Só um minuto agora
2094 aproveitando que fez uma consideração. Zilda tem algum cronograma? É o
2095 mesmo cronograma?

2096

2097

2098 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) –** Pode ser.

2099

2100

2101 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2102 **Gerai)s) –** Só com relação a dúvida que o Ricardo levantou estou procurando
2103 na lei, não é porque você disse da nomenclatura não é isso?

2104

2105

2106 **O SR. RICARDO GARCIA (CNI) –** Perfeito está exatamente à mesma coisa
2107 aqui a discussão que nós temos aqui é de embalagem de óleo lubrificante lá
2108 que é ampliaram.

2109

2110 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2111 Terceiro grupo destinação final de resíduos de lâmpada contendo mercúrio.

2112

2113

2114 **A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional) –** ANAMMA Nacional
2115 pela suspensão com uma data de nove meses cumprindo como as demais.

2116

2117

2118 **O SR. RICARDO GARCIA (CNI) –** Ricardo CNI pela suspensão das
2119 discussões.

2120

2121

2122 **A SR^a. ELAINE (Ministério das Alagoas) –** Elaine Ministério das Alagoas
2123 suspensão.

2124

2125

2126 **O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT) –** Eduardo CNT suspensão.

2127

2128

2129 **A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) –** Geraldina
2130 ABES suspensão com retorno nove meses.

2131

2132

2133 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) –** Ouvido o
2134 coordenador do grupo de lâmpada de mercúrio acha que está presente que
2135 também concorda pela suspensão com prazo de retorno de nove meses.

2136

2137

2138 **A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**
2139 **da Saúde) –** Janaina Ministério da Saúde suspensão.

2140

2141

2142 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2143 **Gerais)** – José Cláudio Governo do Estado de Minas Gerais suspensão com
2144 retorno no prazo de nove meses.

2145

2146

2147 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2148 Pedro Henrique ANAMMA Centro Oeste suspensão com retorno. De acordo
2149 com o cronograma. Então está aprovado por unanimidade também a
2150 suspensão desse grupo. Quarto grupo revisão da resolução CONAMA número
2151 105 de 93, gerenciamento dos resíduos sólidos de porto, aeroportos, terminais
2152 rodoviários e ferroviários.

2153

2154

2155 **A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional) –** ANAMMA acional é a
2156 favor da continuidade desses estudos aí da mesma forma.

2157

2158

2159 **O SR. RICARDO GARCIA (CNI) –** Ricardo CNI pela manutenção do grupo de
2160 trabalho.

2161

2162

2163 **A SR^a. ELAINE –** Elaine Estado de Alagoas pela suspensão do grupo.

2164

2165

2166 **O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT) –** Eduardo CNT pela suspensão do grupo por
2167 nove meses.

2168

2169

2170 **A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) –** ABES pela
2171 manutenção do grupo.

2172

2173

2174 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – (...)** Luiz
2175 Mourão pela manutenção do grupo.

2176

2177

2178 **A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**
2179 **da Saúde) –** Janaina Ministério da Saúde, suspensão.

2180

2181

2182 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2183 **Gerais)** – José Cláudio Governo do Estado de Minas Gerais abstenção.

2184

2185

2186 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2187 Pedro Henrique ANAMMA centro-oeste pela manutenção do grupo. Está
2188 aprovado, portanto por cinco a três e uma abstenção.

2189

2190

2191 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA)** – Escopo
 2192 do GT depois? Não é isso? Só para deixar o registro que isso fica um assunto
 2193 a ser deliberado e discutido depois.

2194

2195

2196 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –

2197 Cabe sim com certeza vai constar.

2198

2199

2200 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Poderia até

2201 ser colocado naquilo que não contraria especificamente a lei e o decreto, não

2202 incidem. Então é bem interessante porque dá o resguardo a proteção.

2203

2204

2205 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –

2206 Quinto grupo de trabalho revisão da resolução CONAMA 307/2002 que

2207 estabelece as diretrizes e critérios e procedimentos para área de gestão de

2208 resíduos da construção civil.

2209

2210

2211 **A SR^a. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional)** – ANAMMA Nacional é

2212 pela continuidade do grupo e tem que também na mesma forma dá uma...

2213

2214

2215 **O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Manutenção Ricardo da CNI.

2216

2217

2218 **A SR^a. ELAINE** – Elaine Estado de Alagoas manutenção.

2219

2220

2221 **O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT)** – Eduardo CNT suspensão.

2222

2223

2224 **A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES)** – Geraldina

2225 ABES manutenção.

2226

2227

2228 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Luiz Mourão

2229 (...) manutenção.

2230

2231

2232 **A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**

2233 da Saúde) – Janaina Ministério da Saúde suspensão.

2234

2235

2236 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**

2237 Gerais) – José Cláudio Estado de Minas Gerais manutenção.

2238

2239

2240 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2241 Pedro Henrique ANAMMA Centro Oeste manutenção. Computando sete votos
2242 para manutenção e dois votos de suspensão. Então, passamos a próxima
2243 ordem do dia.

2244

2245

2246 **A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) –** Eu tenho uma
2247 dúvida grande. Já que nesse caso o pedido conforme a gente viu baseia se na
2248 revisão total que é o plano de gerenciamento de resíduo o que esse grupo vai
2249 tratar? Para mim ele está ligado com os outros grupos que estão no trabalho
2250 da política nacional. Então, ele vai tratar o que? No caso da 05 ainda entendo
2251 que possa ser os anexos, a classificação de resíduos e nesse caso nós vamos
2252 tratar o que? Se nós não temos ainda as diretrizes prontas.

2253

2254

2255 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2256 **Gerais) –** Zilda eu acho que uma coisa não impede a outra, eu acho até que
2257 pode ajudar, pelo que eu entendo o nível municipal ele está tendo uma
2258 dificuldade pontual para resolver esses problemas. Eu acho que discutir a
2259 diferença que eu vejo dos outros grupos é que nos outros grupos como é o
2260 caso do eletro eletrônico a gente acha que nós não conseguimos avançar mais
2261 sem essa definição no caso do grupo lá pelo Éric eu até me abster, porque o
2262 Éric também tanto fazia. Então, agora eu acho que no caso da ANAMMA tanto
2263 a ABES como ANAMMA elas acham que ele pode avançar até porque não se
2264 reuniram ainda, podem avançar e essa discussão que esse grupo vai ter pode
2265 servir e com certeza vai dialogar com os outros grupos não necessariamente
2266 essa revisão, eu acho pouco provável que o CONAMA aprovasse uma revisão
2267 sem antes ter a discussão dos grupos temáticos ou setoriais sei lá. Mas eu
2268 acho que essa discussão vai ajudar muito o próprio desenvolvimento dos
2269 outros trabalhos eu acho que vão correr em paralelo e que isso só vai ajudar.

2270

2271

2272 **SR. RICARDO GARCIA (CNI) –** Ricardo da CNI. Zilda é bem assim, eles
2273 nem se reuniram ainda quando eles se reuniram e fecharem, pode ser que
2274 chegue a mesma conclusão de que não tem como caminhar pronto aí eles
2275 fazem uma propositura e fecha o grupo de trabalho. O problema é que nós não
2276 podemos já fechar sem ter nem eles ver o nível para discutir, pode ser que ele
2277 chegue nessa conclusão. Então, deixa o grupo de trabalho sentar, conversar
2278 pelo menos uma reunião, eles discutem e vejam, ah não tem mais o que
2279 caminhar vou propor fechar o grupo de trabalho. Acabou a história.

2280

2281

2282 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2283 Passando então na verdade seria a primeira ordem, agora ficou sendo a
2284 segunda ordem do dia para votação. Da construção civil mantém da forma em
2285 que está mesmo porque eles acabaram de afirmar que não se reuniram, não
2286 chegaram a um... A ABES (...) seria o prazo de instalação? Novo prazo. Já tem
2287 Regimento.

2288

2289

2290A **SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Esse novo prazo de
2291seis meses.

2292

2293

2294**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – De
2295trabalho. Concedido a partir dessa data então. Agora não precisa a última
2296proposta aqui é tranquilo. Então vamos passar a próxima ordem proposta de
2297revisão.

2298

2299

2300**SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Sr.
2301Presidente, questão de ordem. Eu ia pedir simplesmente para discutir esse
2302assunto depois do almoço o item um ponto um (...), mas se ainda é do item
2303anterior.

2304

2305

2306**O SR. ÉRIC FISCHER (Ministério da Saúde)** – O escopo como está hoje é
2307revisão da resolução agora na reunião que tiver do grupo de trabalho se define
2308então, o que pode ser feito, quer dizer aquela discussão de revisão da
2309classificação e essa questão agora a parte de gerenciamento essa a gente
2310pode deixar isso nós temos que aguardar a próxima reunião para então a...

2311

2312

2313**A SR^a. JANAINA MARIA CARNEIRO SILVA (Representante do Ministério**
2314**da Saúde)** – Janaina Ministério da Saúde. Fazer uma proposta para esse
2315grupo o seguinte porque vai ter que inclusive vai ter que ter eleição do novo
2316coordenador, disse que o Éric está saindo e aí nesse, ele também toma a
2317decisão do grupo toma a decisão e traz para a próxima reunião qual vai ser o
2318escopo da resolução.

2319

2320

2321**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Eu
2322acredito que dá tempo ainda para nós votarmos esse outro objeto, sem
2323nenhum problema viu Luiz Mourão, porque nós... Se bem que o intervalo é de
2324uma hora mesmo.

2325

2326

2327**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Eu teria o
2328motivo porque são três horas, mas eu tenho um especialista que estaria
2329chegando para falar sobre esse assunto que eu gostaria que participasse, mas
2330o motivo é o avançado da hora que são 13 horas eu acho que é uma boa hora
2331de nós encerrarmos. A discussão pode se prolongar e como já disseram aqui
2332tiveram uma pauta prevista para até as 17 horas não tem porque terminar
2333antes dessa hora com afogadilho. Então, sugiro que interrompemos a sessão e
2334voltarmos no horário determinado da Presidência.

2335

2336

2337**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2338Vamos ver pela maioria, porque nós temos prazo suficiente também para votar

2339mesmo porque esse é um encaminhamento simples a reunião do CONAMA e
2340não existe nenhum ponto de estrangulamento conflitante acredito.

2341

2342

2343**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2344**Gerais)** – Senhor. Presidente porque a Conselheira Zilda, eu acho que até já
2345saiu ela falou 13 a 14 horas ela não poderia ficar aqui, por isso que eu também
2346concordo com o colega de suspender.

2347

2348

2349**A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES)** – ABES como
2350coordenadora desse grupo de trabalho da construção civil prefere que nós
2351retornemos à tarde para trazer uma posição mais consolidada mesmo porque
2352na hora do almoço a gente pode discutir um pouco melhor esse assunto.

2353

2354

2355**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2356Mais alguma consideração? A gente faz o intervalo e retorna então às 14
2357horas.

2358

2359

2360*(Intervalo para almoço)*

2361

2362

2363**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2364Boa tarde. Vamos iniciar esse segundo período agora da nossa reunião da
2365Câmara da 36^a reunião da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental
2366e Gestão de Resíduos. E passando a ordem do dia eu gostaria de voltar um
2367pouco na primeira ordem que era a aprovação do resultado de 35^a reunião, se
2368não houver nenhum ponto conflitante para que nós pudéssemos considerá-la
2369uma reunião aprovada. A ata. É isso Rodrigo? Alguma consideração, algum
2370questionamento? Não. Se não existe nenhum questionamento o Rodrigo
2371também no intervalo me orientou aqui em relação à necessidade de se constar
2372nesta reunião a prorrogação dos dois grupos de trabalhos que ficaram, que
2373permaneceram aqui segundo votação dos Conselheiros. Então, o Rodrigo
2374também me informou... Então, nós aprovamos também a prorrogação desses
2375dois grupos de trabalhos. Já se faz constar então. Passando a segunda ordem
2376a Zilda tinha pedido a palavra pelo Ministério eu vou fazer a leitura da pauta,
2377mas ela vai apresentar algumas justificativas, proposta de revisão da resolução
2378CONAMA número 362 de 2005 que dispõe o recolhimento da coleta e
2379destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

2380

2381

2382**A SR^a. ZILDA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Boa tarde. Zilda
2383Veloso Ministério do Meio Ambiente. Esse ponto aí estava um ponto a pauta é
2384uma coisa relativamente simples é só alteração de primeira reunião ordinária
2385para segunda reunião ordinária só que o IBAMA está com um esforço grande
2386para poder adequar às novas linhas do Cadastro Técnico Federal que é o onde
2387os fabricantes e recolhedores têm que declarar. Pediu-me que nós fizéssemos
2388uma alteração no anexo. Então, eu estou pedindo como proponente a retirada

2389da pauta e trago na próxima reunião o compromisso nosso de próxima reunião
2390ter um texto vai ter um coisa a mais, vai ter o artigo nono e essa alteração
2391porque hoje aqueles dados que estão no anexo um da resolução 362 de 2005
2392eles são decididos na portaria conjunta MMA e MME. Então, nós vamos ter que
2393acertar a redação disso, como foi uma coisa que nos pegou de surpresa eu não
2394teria uma nova redação para sugerir aos senhores e ficaria regimentalmente
2395fora do prazo. Então, eu estou pedindo a retirada de pauta com o compromisso
2396de colocá-lo em pauta na próxima reunião.

2397

2398

2399**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2400Regimentalmente é um direito de o proponente retirar a pauta a qualquer
2401tempo.

2402

2403

2404**A SRª. Celma Alves dos Anjos (ANAMMA Nacional) – ANAMMA Nacional**
2405nada contra.

2406

2407

2408**O SR. RICARDO GARCIA (CNI) – CNI aprovada à reivindicação.**

2409

2410

2411**A SRª. ELAINE (Estado de Alagoas) – Alagoas aprovada a reivindicação.**

2412

2413

2414**O SR. EDUARDO VIEIRA (CNT) – CNT aprovada à reivindicação.**

2415

2416

2417**A SRª. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) – ABES**
2418aprovada a reivindicação.

2419

2420

2421**O SR. ÉRIC FISCHER (Ministério da Saúde) – Ministério da Saúde aprovada**
2422a reivindicação.

2423

2424

2425**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2426**Gerais) – Governo de Minas Gerais de acordo.**

2427

2428

2429**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2430ANAMMA Centro Oeste aprovada. E não havendo nenhum, assuntos gerais se
2431houver alguma consideração dentro de assuntos gerais nós vamos abrir a
2432inscrição da palavra e iniciar pelo Ricardo tendo em vista que o José Cláudio já
2433concedeu.

2434

2435

2436**O SR. RICARDO GARCIA (CNI) – Ricardo da CNI. É um questionamento na**
2437realidade eu queria uma informação do Ministério Zilda se você puder me
2438responder existem outros assuntos que vão ter que ser tratados por essa

2439Câmara Técnica em função da política nacional e do decreto tem algum
2440cronograma ou plano ou alguma coisa já estabelecida para avaliação dessas
2441resoluções que já foram elaboradas?

2442

2443

2444**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) –**

2445Existe uma proposta de revisão de algumas resoluções o Ministério solicitou,
2446eu acredito que está tramitando ainda não chegou ao CONAMA para colocar
2447na pauta a revisão principalmente dos padrões da resolução de tratamento
2448térmico de resíduos e com o processamento de resíduos. Nós também temos
2449em pauta a revisão da 23 trata da regulamentação da convenção de Basileia a
245023 de 96. Como a política definida certamente com as logísticas o nosso
2451sentimento como foi aprovado no GTA esses cinco primeiros grupos para tratar
2452da logística reversa, foi deixado para depois que já havia uma definição do
2453CONAMA pneus, pilhas e baterias como você bem lembrou o GT relacionado
2454ao óleo, ele está ele copiou o que está na lei 2305, ou seja, óleo lubrificante e
2455seus resíduos em embalagens. Eu acredito que a primeira talvez tenha que ser
2456revista seja a 362 talvez, então assim a gente deve saber disso nesse prazo
2457que eu falei hoje de manhã mais ou menos de oito a nove meses e aí vamos
2458ter alguma ideia da mudança, ou acordo setorial vai incorporar as metas, ou vai
2459deixar as metas para a portaria conjunta como está hoje na 362. Então, não sei
2460a ideia é essa a previsão que nós temos Ricardo podem surgir outros temas,
2461você vê que nós temos um GT o Silvano falou hoje de manhã de embalagens,
2462aí nós podemos ter alguma regulamentação específica para embalagem.
2463Então, eu creio que depois vêm pilhas e baterias e pneus, mas depois que eu
2464digo é mais na frente.

2465

2466

2467**O SR. RICARDO GARCIA (CNI) –** A parte da logística reversa, tipo uma
2468resolução que trata de inventario de resíduos ela pode ter que ser alterada em
2469função da própria política nacional. Há um prazo...

2470

2471

2472**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) –**

2473Você lembrou bem essa daí estava na nossa previsão de revisão o que o
2474Ministério pretendia antes da revisão é fazer uma avaliação mais criteriosa de
2475como proceder para onde ela caminhar, com o advento do sistema nacional de
2476informações sobre resíduos sólidos assim como aquela que tratava de
2477transporte, nós achamos por bem esperar um pouco e ver como isso ia andar.
2478Nós já tínhamos até fechado com o IBAMA uma alteração do texto dela a
2479alteração estava pronta, mas com a política e o decreto nós resolvemos
2480segurar para ver como é que a gente de repente nós vamos ter uma resolução
2481que dê que fale da publicidade, do relatório ou de alguma coisa de ordem mais
2482de gestão, por exemplo, não sei, mas a revisão dela como ela está hoje pelo
2483menos assim o que diz respeito às competências do Governo Federal é a
2484minha preocupação. E lá existia toda uma obrigação de fazer o plano de
2485divulgação e isso hoje é uma coisa mais difícil. Então, a gente tinha uma
2486proposta de fazer isso também vinculado ao Cadastro Técnico Federal com o
2487advento do CENIR nós esperamos para segurar um pouco para poder

2488encaminhar aquele texto que nós tínhamos feito não cabe mais agora essa
2489também estaria na pauta.

2490

2491

2492**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Já aproveitando e já que você está falando
2493em sistema de informação sistema, declaratório ele vai ser elaborado tem
2494alguma previsão porque tudo bem vocês falam do CENIR cadastro técnico dos
2495operadores de resíduos perigosos, mas e o sistema declaratório ele tem
2496alguma previsão ou nem foi cogitada porque ele está na lei e não está no
2497decreto esse foi o maior, um problema que eu acho que não chegou a ser
2498discutido.

2499

2500

2501**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu
2502acho que deve ser discutido no grupo de trabalho.

2503

2504

2505**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Então, foi retirado.

2506

2507

2508**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu
2509acho que ele está atrelado ao CENIR.

2510

2511

2512**O SR. RICARDO GARCIA (CNI)** – Ele está na lei, mas ele não veio no decreto.
2513Na lei ele chama o sistema declaratório regulamentado, mas na
2514regulamentação no decreto ele não foi, foi retirado na última versão.

2515

2516

2517**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu
2518vou te dizer foram vários os envolvidos na elaboração do decreto alguns de nós
2519eu Gilberto participamos de uma parte pequena e isso depois foi decidido por
2520instâncias superiores e isso é natural tem decreto que tem que ver todos os
2521impactos que vai ter em outras legislações. Então, muitos assuntos estavam
2522que na lei como incentivos econômicos cabe hoje ao comitê interministerial
2523tomar uma decisão sobre isso. Então o CENIR está dentro dele certamente a
2524declaração esse tipo de assunto vai ser tratado nesse GT que trata do CENIR.

2525

2526

2527**O SR. CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)**
2528– Não sei se você Zilda eu queria saber o que saber o que aconteceu com o
2529aquela nossa proposta aqui do transporte de resíduos perigosos eu queria
2530ressuscitá-la então eu cria saber primeiro se enterraram ela já, como é que
2531está?

2532

2533

2534**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** –
2535Essa que eu falei hoje de manhã o sentimento é que o sistema nacional de
2536informação vai incorporar isso.

2537

2538

2539**O SR. CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)**

2540– O que nós fazemos a nossa proposta aprovada na Câmara, onde ela está?

2541

2542

2543**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu

2544acho que na última plenária foi aprovada a retirada dela de pauta e

2545arquivamento na última plenária.

2546

2547

2548**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**

2549**Gerais)** – A minha proposta se isso aconteceu mesmo é dessa câmara solicitar

2550o desarquivamento dela.

2551

2552

2553**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – A

2554Nossa justificativa José Cláudio foi de que o sistema nacional de informações

2555ele vai tratar disso.

2556

2557

2558**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**

2559**Gerais)** – Eu sei que vai, mas como vai, o que nós aprovamos aqui que ele

2560entra no sistema de informações, mas da maneira que nós aprovamos aqui.

2561Então, para mim não me satisfaz dizer, ah o sistema de informação vai tratar

2562disso é claro que vai. Até porque nossa proposta fala que ele tem que tratar

2563disso. Então, além de nós termos deliberado que ele tem que tratar, porque ele

2564até hoje não tratou, nós demos prazo para ele tratar disso, foi aprovado até que

2565ele tenha uma ABA, que o IBAMA tem um prazo X para criar uma ABA para

2566tratar disso. E eu acho que é uma coisa muito importante eu não sei, eu não

2567estava na Plenária eu não sei quais foram às justificativas, porque eu sei que

2568na penúltima Plenária foi decidido devolver ele para a câmara e então, não

2569entendo como é que ele possa ter sido arquivado se na penúltima ele foi

2570devolvido a Câmara. Então, o Plenário não pode ter arquivado uma coisa que

2571estava na Câmara eu queria entender isso melhor.

2572

2573

2574**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – Ele

2575estava na Plenária já.

2576

2577

2578**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**

2579**Gerais)** – Cláudio Junqueira: Não na penúltima Plenária de novembro ou

2580dezembro devolveu para Câmara a Câmara não se reuniu como nessa

2581Plenária ele aparece arquivada? Mas quando? Agora em dezembro.

2582

2583

2584**O SR. ADRIANO** – Tem que pegar o processo porque ele foi para a Plenária

2585onde foi arquivado agora em março.

2586

2587

2588**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Mas a de dezembro tinha devolvido para a câmara, não tinha?

2590

2591

2592**O SR. ADRIANO** – Novembro voltou para a câmara porque a decreto saiu 23 de dezembro.

2594

2595

2596**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Voltou na Câmara. Então, em novembro isso estava na Câmara. A Plenária devolveu para a câmara.

2599

2600

2601**O SR. ADRIANO** – A câmara foi em dezembro a última reunião da câmara.

2602

2603

2604**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Então se estava na Câmara não podia...

2606

2607

2608**O SR. ADRIANO** – Ele não voltou para a Câmara vou confirmar ele voltou ele não está aqui da centésima ele voltou para centésima primeira ele não teve necessidade de voltar para a câmara.

2611

2612

2613**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Era bom ver, eu não estava na reunião, mas eu a notícia que me deram é que ele voltou para a câmara. Eu acho que era bom ver isso. Foi retirado da pauta por solicitação do Presidente da Câmara. (...) conforme detalhado no item sete.

2618

2619

2620**O SR. ADRIANO** – Voltou para a 105 com o parecer do MMA solicitando o arquivamento...

2622

2623

2624**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – A minha proposta eu não sei como é que funciona isso, mas a minha proposta de a gente discutir isso aqui e pedir o desarquivamento dessa proposta de resolução CONAMA.

2628

2629

2630**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Está registrado para ser colocado em votação. Mais algum outro?

2632

2633

2634**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Pedir o desarquivamento...

2636

2637

2638 **O SR. GILBERTO VERNEK (IBAMA)** – Gilberto Vernek do IBAMA. Como eu
2639 estava explicando teve uma apresentação de possibilidades quando da
2640 implementação do cadastro nacional de operadores dos resíduos sólidos. Hoje
2641 o IBAMA tem expressado em lei essa obrigação de implementar esse cadastro.
2642 A nosso ver quando a proposta foi encaminhada ela se apresentava já vazia
2643 das discussões pertinentes técnicas ao assunto por quê? O começo das
2644 discussões nós fizemos até uma apresentação do histórico de como foi o
2645 andamento do assunto, como ele foi sendo discutido e quando o próximo da
2646 última reunião que se mudou o foco para uma ABA como você comentou no
2647 Cadastro Técnico Federal. A partir desse momento como o IBAMA foi
2648 interessado lá no começo no início do processo isso para nós já não atendia a
2649 questão até de você proporcionar uma desburocratização do sistema, vamos
2650 falar assim, de transporte no País. Porque hoje o cadastro faz exatamente
2651 aquilo que é a proposta a nosso ver com algumas ressalvas das modificações,
2652 mas o que acontece foi o MMA depois apresentou um ofício está no processo
2653 que a gente até referendou na Plenária de que a proposta já não atendia mais
2654 o anseio. Então, creio que se fosse para voltar à discussão talvez tivesse que
2655 fazer primeiro um levantamento dos argumentos prós e contra não sei, seria
2656 essa uma sugestão não pelo simples desse desarquivamento.

2657

2658

2659 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas
2660 Gerais)** – Sim, por isso que eu estaria pedindo o desarquivamento, porque
2661 exatamente no meu entendimento é que a proposta que nós aprovamos aqui
2662 vai desburocratizar a questão de transporte de resíduos perigosos. Eu não sei
2663 se os Conselheiros se lembram, mas hoje varia de Estado para Estado são
2664 todos procedimentos muito burocráticos onde não há nenhuma análise, porque
2665 não é o que ouviu dos estados é que é solicitado ter uma documentação que é
2666 dada pelo INIMETRO é pedido para eles algumas informações
2667 complementares e, no entanto eles têm que pagar uma taxa e é um problema
2668 sério quando você vai atravessar vários estados é um burocracia realmente
2669 enorme sem nenhum ganho, vamos dizer, técnico e com perda, ao contrário e
2670 na nossa proposta que é a proposta de um registro o que ocorreria? O
2671 transportador ele teria que entrar no sistema e declarar de onde está tirando
2672 resíduo e evidentemente teria que estar licenciado o próprio sistema o cadastro
2673 já teria, e para onde ele está levando o cadastro também já teria, e ele teria
2674 que declarar a rota e aí seria uma coisa automática. E se por acaso você não
2675 tivesse a licença da origem ou do destino o sistema não aceitaria, então, seria
2676 o sistema automático extremamente desburocratizado e todos nós órgãos
2677 ambientais, empresários, Sociedade Civil todo mundo saberia o que está
2678 acontecendo com os resíduos neste País, coisa que ninguém sabe. Então,
2679 teríamos um sistema, era uma coisa super simples que desburocratizaria, eu
2680 não entendo porque adiar isso, na época o IBAMA colocou que ele teria
2681 precisaria de tempo para colocar no sistema criar ABA, nós concordamos
2682 demos o tempo que o IBAMA solicitou. Então, eu não vejo o porque de arquivar
2683 isso.

2684

2685

2686 **O SR. GILBERTO FILHO (IBAMA)** – Certamente concordo com tudo que o
2687 Conselheiro disse até porque quando a gente pediu o prazo quando até veio na

2688 discussão da Câmara Técnica de assuntos jurídicos a região não tinha ainda a
2689 publicação do decreto. Acontece à mesma coisa das discussões dos grupos de
2690 hoje de manhã você já tem uma previsão agora uma implementação de política
2691 nacional de resíduos sólidos, seria um dos assuntos que se ele tivesse ainda
2692 tramitando seria pedido pela sua suspensão, nós temos que ter uma
2693 oportunidade de pelo menos tentar implementar um sistema que possa ser
2694 sugerido melhorarias, não uma resolução concorrente ao trabalho que nós
2695 vamos ter que desenvolver em parceria com municípios e estados e os
2696 gestores do plano de gerenciamento.

2697

2698

2699 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
2700 José Cláudio só para objetivar. Então, na verdade o que o José Cláudio está
2701 pedindo é o desarquivamento até para nós podermos verificar os prós e os
2702 contra de tudo aquilo que foi apresentado na justificativa. Certo.

2703

2704

2705 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2706 **Gerais) –** Eu só quero dizer o seguinte. É que eu não consigo ver ao contrário
2707 dos outros processos porque os outros processos eles todos eles têm uma
2708 interferência com a logística reversa, nesse caso aí, quer dizer, seja o que for o
2709 que nós estamos querendo desburocratizar é o licenciamento. Então ele tem
2710 muito mais a ver com a questão do licenciamento do que com a lei nacional de
2711 resíduos sólidos. Porque, no meu entender independe do que muda você vai
2712 ter que continuar fazendo, vamos dizer o registro, ou cadastro ou licenciamento
2713 do transporte. Porque então, não otimizar o nosso sistema de transporte de
2714 uma vez?

2715

2716

2717 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –** Só
2718 um segundo Eliane porque eu também estava aqui inscrito para fazer uma
2719 colocação. Em que pese a minha manifestação também ser favorável ao que o
2720 José Cláudio disse, porque o licenciamento dita certas determinações para
2721 segurança do transporte que uma simples conferência de documentos não
2722 garante. Bom aproveitando a deixa e já foi solicitado para votação aqui desse
2723 arquivamento eu queria também fazer uma sugestão ao Ministério, a Zilda que
2724 está aí presente no sentido e aos Conselheiros no sentido de dividir a relatoria
2725 aqui da revisão da resolução CONAMA 307 com a associação de órgãos
2726 municipais do meio ambiente centro-oeste ou dividir ou não sei se peso está
2727 grande porque o trabalho ainda é incipiente dentro desse grupo de trabalho, se
2728 os Conselheiros aprovaram a ANAMMA centro-oeste quer manifestar a sua
2729 vontade de participar da relatoria dessa revisão. Pode deliberar isso aqui é um
2730 órgão deliberativo.

2731

2732

2733 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) –**
2734 Presidente me desculpe, mas eu fico um pouco confusa de dividir a relatoria
2735 com outra entidade, eu acho isso muito complicado e isso já foi votado na
2736 reunião passada. Quer dizer o meu mandato não é de Zilda o meu mandato é
2737 do MMA, eu não tomo essa decisão sozinha na reunião de dezembro eu estava

2738acompanhada pela minha diretora que assumiu pelo Ministério do Meio
2739Ambiente que o Ministério faria a relatoria e que poderia ser eu, mas no
2740momento se eu tiver algum impedimento o MMA é que vai se sentir confortável
2741para indicar outra pessoa para isso.

2742

2743

2744**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Só
2745gostaria de lembrar e pedir ajuda ao Adriano de qual foi à data que venceu o
2746prazo para instalação apresentação desse grupo de trabalho? Dia primeiro de
2747março. Nós queremos dar a sugestão para que pudéssemos dar uma dinâmica
2748um pouco maior pela nossa preocupação regional com relação a esse assunto
2749e se não houver nenhum desconforto a ANAMMA Centro Oeste manifesta mais
2750uma vez a sua vontade de relatar a revisão desse processo.

2751

2752

2753**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente)** – O
2754problema não é de relatoria o Ministério só relatou a ABES até agora não
2755indicou quem é o representante que vai coordenar o grupo de trabalho. Eu não
2756estou entendendo.

2757

2758

2759**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
2760Então que se faça minha sugestão então que se faça então, monte um novo
2761grupo para poder fazer a revisão da 307 ANAMMA Centro Oeste.

2762

2763

2764**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA)** –
2765Presidente eu gostaria de fazer duas colocações. Adriana Mandarino D.
2766CONAMA. O grupo de trabalho da 307 da revisão da 307 não foi instalado, era
2767dezembro a data, ele não foi instalado exatamente porque em seguida aquela
2768reunião veio a sugestão do Ministério de suspensão de todos os grupos, ele
2769incluído. Então, essa é a razão pela qual nós como diretoria de apoio ao
2770CONAMA deixamos passar o prazo coisa que normalmente não poderia
2771acontecer, mas tinha um ofício e uma recomendação para que esses grupos
2772estivessem suspensos. Isso passou pela Plenária do CONAMA que ouviu o
2773relato e remeteu claro para a Câmara Técnica. Então, nesse quesito me parece
2774que não há que se falar em mudança do que já estava definido, quer dizer a
2775relatoria era do Ministério, a coordenação pela ABES tão logo essa reunião de
2776hoje termine nós vamos dar prosseguimento chamar o GT e etc. porque hoje
2777houve uma formalização de uma decisão, três grupos ficam suspensos e dois
2778continuam. Então, nós como diretoria de apoio vamos dar encaminhamento a
2779isso. Outra questão que eu aí eu aproveito para ver se entendi, porque eu
2780estou ficando lá e cá é só para ver José Cláudio se eu estou entendendo a sua
2781proposta. Você está querendo uma reabertura do processo que foi arquivado.
2782Veja bem o processo tinha saído me ajudem a encontrar a ter uma solução
2783aqui do Regimento, pelo que estou percebendo o processo tinha saído da
2784Câmara foi para a jurídica com só aquela questões sobre movimentação e
2785informações. Então, esse foi o processo que chegou à Plenária a Plenária
2786definiu pelo arquivamento, então me parece que desarquivar essa matéria
2787somente a Plenário. Agora nada impede que outra matéria seja semelhante a

2788essa seja não pode ser exatamente igual nós não temos previsto isso, mas
2789usando como analogia Regimento de Congresso, não poderia ser uma matéria
2790igual para tramitar novamente nessa Câmara, mas junto a plenária pode haver
2791o pedido de desarquivamento disso e de apreciação, porque aqui já foi
2792apreciada. O seu pleito seria que lá porque você discorda dos argumentos
2793colocados para o arquivamento então teria que ser apreciado lá.

2794

2795

2796**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2797**Gerais)** – Sim eu entendi Adriana o que eu queria saber se o Regimento
2798permite se nós possamos votar uma moção ou uma recomendação ao Plenário
2799para ele que desarchive que seja uma posição não minha isolada, porque se
2800for só minha isolada eu não vou insistir, mas da Câmara que ele desarchive
2801pela importância da proposta.

2802

2803

2804**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA)** – Será
2805que a tua proposta estaria contemplada com uma posição da presidência da
2806Câmara em nome da Câmara, aí seria uma decisão da Câmara que a
2807Presidência leva ao Plenário no sentido de que aquela matéria ao invés de ser
2808arquivada merece ser apreciada e votada. Seria isso? Que nós não chegamos
2809a ter previsão de ir a Câmara ter moção ou nem nada parecido.

2810

2811

2812**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2813**Gerais)** – Então seria isso aí.

2814

2815

2816**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (Diretora Substituta do CONAMA)** – Seria
2817isso.

2818

2819

2820**O SR. ÉRIC FISCHER (Ministério da Saúde)** – Éric Fischer Ministério da
2821Saúde. José Cláudio para isso talvez tenha que ter um embasamento o que
2822você colocou aqui colocar isso no papel para subsidiar a colocação do
2823Presidente da Câmara. Esse embasamento técnico do porque que você está
2824pedindo isso para subsidiar a apreciação dele.

2825

2826

2827**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
2828**Gerais)** – Então eu vou colocar isso, vou encaminhar a Câmara e na próxima
2829reunião a gente pauta para discutir.

2830

2831

2832**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Eu sugiro
2833incluir a análise do decreto que saiu em dezembro leva...

2834

2835

2836 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Eu até aproveito e pego os argumentos o Gilberto disse que houve uma apresentação do Plenário e isso deve estar disponível.

2839

2840

2841 **SR. GILBERTO FILHO (IBAMA)** – Apresentação do possível do MMA com as justificativas.

2843

2844

2845 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas Gerais)** – Eu posso consultar o processo não é isso Adriano? Eu posso consultar o processo com base na minha consulta ao processo eu faço um parecer e trago aqui a Câmara.

2849

2850

2851 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Ok. Mais alguma colocação? Só um minutinho o Éric já tinha se manifestado? Você estava inscrito Éric primeiro. Então deixa ele concluir e o Éric já...

2854

2855

2856 **SR. GILBERTO FILHO (IBAMA)** – Gostaria de propor que na próxima reunião da Câmara Técnica o IBAMA pelo menos apresente o trabalho que vem sendo feito para discussão desse assunto e como é que ele vai proceder a uma regulamentação. Nós apresentamos aqui a Plenária para tranquilizar os Conselheiros de que não foi parada aquela proposta, pelo contrário ela vai continuada em outro âmbito, mas pelo menos ter a oportunidade de apresentar o que o IBAMA está fazendo. Pode ser?

2863

2864

2865 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Ok. Éric, o Éric já estava inscrito.

2867

2868

2869 **SR. ÉRIC FISHER (Ministério da Saúde)** – Éric Fischer Ministério da Saúde. Como coordenador do GT de revisão da 05/93 nós tínhamos preparado e nós achávamos como tinha terminado o prazo do GT, nós tivemos duas reuniões e depois não houve mais reunião por causa da suspensão, mas mesmo assim nós preparamos uma apresentação dos trabalhos que foram desenvolvidos. Na apresentação tem uns 20, 25 30 slides que poderia ser feito e apresentado aqui que como a prestação de contas do trabalho que foi desenvolvido ou a gente pode simplesmente encaminhar e disponibilizar ela no site tanto do GT como da Câmara. Mas a apresentação está pronta e o Eduardo e eu nós preparamos essa apresentação e achávamos na hora que fosse discutir cada GT, nós pudéssemos fazer essa apresentação, perdemos o tempo e agora estou tentando recuperar isso, mas aí é a gente pode também só disponibilizar o material.

2882

2883

2884 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – Se os Conselheiros acharam que é conveniente nós podemos assistir a

2886apresentação, até acredito para valorizar o trabalho dos colegas que já
2887despenderam de energia para poder fazer o trabalho. Fica a vontade então, o
2888tempo é concedido. Acho podemos limitar em quinze minutos.

2889

2890

2891**O SR. ÉRIC FISHER (Ministério da Saúde)** – Aproveitando essa situação eu
2892gostaria de agradecer aos Conselheiros aqui presentes que tiveram que
2893apoiaram a moção encaminhada pela (...) IBAMA com relação à nomeação dos
2894concursados de 2008 do IBAMA e que a moção do CONAMA deu apoio político
2895conseguimos obter apoio na Câmara, no Senado fomos ao Correio Brasiliense
2896também publicou a página, matéria de página inteira e conseguimos na sexta-
2897feira a nomeação e o prazo venceu no sábado. Então a Janaina e eu agora
2898vamos estar indo para o IBAMA. Vamos fazer um chope no Rio, um em Belo
2899Horizonte e ficar rodando aí. Não primeiro tem que assumir. Bom nós
2900começamos com bastante gás nesse grupo de trabalho podemos seguir aí.
2901Então, estava o Eduardo a ideia era harmonização da gestão sanitária de
2902resíduos sólidos em portos, aeroportos, terminais de carga, passageiros,
2903postos de fronteira a necessidade de ajustar gestão de resíduos as demandas
2904decorrentes das pandemias. Então, teve uma situação grande com relação a
2905gripe aviária e depois H1N1 e que mostrou que a atual gestão de
2906gerenciamento de resíduos sólidos infecto contagiados ou potencialmente
2907contendo esses organismos que podem causar doença precisa de uma
2908revisão, uma melhoraria para poder ajustar as arestas que apareceram entre o
2909mapa a ANVISA e o MMA com relação a essa situação. Então, adequar
2910também o PGRS, a política regional de resíduos sólidos e atender ao (...) e a
2911resolução da (...) que está em gestação foi aprovada, mas também foi
2912suspensa acabou não sendo aprovada apesar de ter ido a audiência pública
2913está guardando orientação como a gente aqui com relação a política nacional
2914de resíduos sólidos. Então, tivemos duas reuniões na primeira reunião
2915compareceram 43 pessoas, na segunda 76 a distribuição por Governo Federal,
2916Governo dos estados, Governo municipal, setor empresarial e Sociedade Civil.
2917Então, nós vemos que não houve participação nessa resolução o tema também
2918não é tão voltado para isso, mas se nós abordarmos a questão dos planos de
2919gerenciamento municipais e integração deles teria sido importante a
2920participação também dos governos municipais nesse GT. Então, tivemos essa
2921composição com forte participação do Governo Federal e do setor empresarial.
2922Tivemos em dois momentos as representantes da academia uma do Paraná e
2923aquí da UNB. Agora com relação aos segmentos o Governo Federal, o
2924estadual e municipal também não participou e o setor empresarial nas
2925apresentações, portanto tivemos 20 palestras nos quatro dias que tivemos.
2926Então, foi uma apresentação bastante rica, bastante interessante que
2927possibilitou o início de uma discussão e que depois foi interrompida com isso.
2928Noventa e três participantes no total e 20 palestrantes de novo agora com
2929relação à distribuição a nível nacional são os de Brasília, os representantes de
2930organizações de nível nacional e houve duplicidade às vezes o representante
2931da organização nacional estava no nordeste e apareceu duas vezes. Então, os
2932números aqui são um pouco aumentados a duplicidade poderia ocorrer. Então,
2933as palestras têm colocadas as diferentes palestras aqui com a justificativa da
2934Zilda Veloso da criação desses GT quer dizer ela que foi a autora da proposta
2935de se fazer a revisão e depois a apresentação da proposta de trabalho, tivemos

2936então apresentação sobre resíduos sólidos em portos de entrada da ANVISA
2937do (...) a Viviane Marques o controle... Você como grande representante do
2938MMA, inclusive a Tânia veio junto. Então fizemos a apresentação da ANVISA
2939do (...) agro da (...) e acompanhada a apresentação do (...) agro teve a
2940apresentação do professor Cristiano da UNB sobre o problema da introdução
2941das doenças através dos resíduos. Com relação a gestão de resíduos em
2942portos tivemos a apresentação do porto de Pará com a Margarida bastante
2943animada a apresentação, o pessoal do porto do Rio Grande, o Porto de Santos
2944(...) e a porta nave de navegantes também apresentaram. Então, um grupo
2945bastante grande com a riqueza de aportes bastante interessantes. Com relação
2946a terminais ferroviários e rodoviários tivemos o terminal rodoviário de Goiânia
2947com apresentação ali da rede metropolitana de transportes lá de Goiânia, os
2948terminais do Rio de Janeiro o Carlos Andrade, os terminais rodoviários
2949interestaduais e intermunicipais, a ASSOCIAN fez uma apresentação, os
2950terminais ferroviários da FCA e os terminais ferroviários da ALL. E com relação
2951a questão dos aeroportos o Mauro da Infraero o Georgenes da ABETRE e o
2952Wanderley que fez uma apresentação sobre a política nacional de resíduos
2953sólidos Wanderley da CNI. Então, com isso a gente teve um grupo bastante
2954extenso discutimos várias questões e já estávamos amadurecendo para ir para
2955a discussão do texto então, a gente viu que a classificação contida na 05/93 ela
2956hoje está muito voltada, porque era uma resolução que vinha também com os
2957resíduos de serviços de saúde que foram retirados depois, mas ficaram
2958algumas questões e então ela está muito voltada hoje para resíduos de
2959serviços de saúde e pouco voltada para a gestão sanitária (...) e agro sanitária
2960de resíduos vindos do exterior e de zonas endêmicas dentro do Brasil é uma
2961questão que talvez não entre, mas os resíduos vindo do exterior têm que ser
2962melhor trabalhados nessa classificação. E há uma necessidade de ajustes que
2963ainda não foram discutidos no GT, mas se mostrou como uma questão nas
2964palestras apresentadas. Bom então, há um impasse com relação a desinfecção
2965dos resíduos sólidos na zona primária. Então o (...) mapa eles com base em
2966decretos de 1934 dizem que a desinfecção dos resíduos deve ser realizada
2967exclusivamente na zona primária e isso é respaldado por esses decretos sobre
2968a defesa sanitária animal e a defesa sanitária vegetal repetindo de 1934. A
2969ANVISA e o MMA admitem a contenção adequada na zona primária então, os
2970resíduos chegam lá você faz a contenção do resíduo, evita a sua transmissão e
2971seria permitido o tratamento que é a incineração auto (...) tanto na zona
2972primária como na zona secundária ou uma área próxima a isso. Então, essa
2973discussão aqui está no centro das discussões desse GT e é uma questão que
2974envolve acordos entre os diferentes atores que deve ser independentes das
2975discussões que são voltadas só para esse tema. Então, com isso a opção aqui
2976é de se otimizar o uso de equipamentos de desinfecção tanto para essa área
2977de fronteiras como de outros resíduos talvez existentes no município naquela
2978região, mas esse aqui é um ponto central a ser discutido nesse GT. Bom, o
2979decreto que regula a política nacional de resíduos sólidos em seu artigo 39
2980prevê o gerenciamento de resíduos sólidos presumidamente veiculadores de
2981agentes etiológicos e doenças transmissíveis ou de pragas, dos resíduos dos
2982serviços de transportes gerados em portos, aeroportos e passagens de
2983fronteira bem como material apreendido proveniente do exterior, observará o
2984estabelecido nas normas do SISNAMA d SNVS e do SUASA relativamente as
2985suas respectivas áreas de atuação. Então, isso os membros do nosso GT

2986 foram participantes do GT que conseguiram incluir esse artigo no decreto que
2987 foi aprovado em 23/12/2010. Então, já pode ser apresentado como resultado
2988 das inscrições iniciais que nós tivemos. Então, isso é uma visão da
2989 apresentação do VIGIAGRO os pontos de portos em preto, as fronteiras, os
2990 aeroportos e as aduanas. Então, nós vimos que têm uma série de áreas onde
2991 não tem controle nenhum e nós estamos pensando em fazer um controle as
2992 vezes bastante rigoroso em alguns pontos e em grande parte de pequenas
2993 áreas. Então, nós não temos controle quase que nenhum então, é uma questão
2994 de ser avaliado e de como garantir o controle também nesses outros pontos de
2995 passagem que hoje não estão dentro do sistema de controle agropecuário.
2996 Então, hoje estão previstos esses tratamento que é uma incineração a auto
2997 lavagem e a hidrólise alcalina. Então, tem muito gente já discutindo o MMA já
2998 tem algum material sobre a ideia de co-geração energética de utilizar de resíduos
2999 foi a Tânia quem mandou o e-mail dizendo que vocês teriam alguma coisa. E
3000 com relação a essa questão então, não há uma estratégia abordada para os
3001 pequenos portos, aeroportos, terminais alfandegados, ferro rodoviários que não
3002 tenham autoclave e nem incinerador. Então, o que nós devemos fazer com
3003 esses resíduos nesses pequenos pontos de passagem, não pode pegar e
3004 queimar a céu aberto ou alguma coisa assim não dá tem que se buscarem
3005 soluções alternativas ou prevê que localmente seja possível fazer esse
3006 gerenciamento e também falta um plano de contingência para não
3007 funcionamento dos equipamentos de desinfecção. Nós temos, por exemplo,
3008 aqui em Brasília visitamos, e uma visita no início do ano no aeroporto tem o
3009 equipamento de autoclave montado, mas sem funcionar quer dizer o que fazer
3010 com resíduos enquanto não está funcionando o autoclave como nós vamos
3011 gerenciar isso? Será necessário também fazer ajustes nos planos de
3012 gerenciamento de resíduos sólidos dos terminais individuais e dos complexos
3013 portuários e aeroportuários. Então, essa é uma questão central que vai
3014 depender da definição dos planos de gerenciamentos dos planos de gestões
3015 municipais como vai ser regulado isso na política nacional de resíduo e é uma
3016 questão que realmente deve ficar aguardar a discussão de como fazer isso
3017 quando tiver uma definição mais clara de como deve ser feito isso na política
3018 nacional de resíduos sólidos o próximo. Então, a resolução 05/93 não trata de
3019 resíduos transportados das cargas e tratam apenas dos resíduos gerados tanto
3020 a bordo das embarcações que chegam como em terra nos portos, aeroportos,
3021 terminais rodoviários e postos de fronteira. Então, esse é o escopo de atuação
3022 dessa resolução. Então, uma questão que veio da política nacional de resíduos
3023 é a questão da participação dos catadores de materiais recicláveis no
3024 gerenciamento de resíduos. Então, resolveu os problemas de segurança
3025 associados a participação de catadores no gerenciamento de resíduos. Então,
3026 a uma tendência verificada nas apresentações de grande restrição a
3027 participação de catadores por razões sanitárias e de segurança em portos,
3028 aeroportos maiores então, como é que vamos colocar os catadores em contato
3029 com esses resíduos potencialmente infectantes? E a política de resíduos
3030 sólidos fomenta que haja a participação efetiva dos catadores então não isso é
3031 uma questão de colocar claro que em determinadas situações talvez não seja
3032 adequado a participação só para determinado tipo de resíduos, para outros
3033 tipos não tem problema nenhum. Como garantir a implementação de
3034 estratégias de não geração de resíduos, de redução, reutilização e reparo
3035 reciclagem, aproveitamento energético de resíduos e destinação ambientalmente

3036adequada. Então, são questões que devem ser inseridas também que hoje não
3037se encontra talvez com inclusão de proposta de indicadores de desempenho
3038para acompanhar isso, mas isso não foi discutido, são questões que estão em
3039aberto que o GT poderia discutir e trabalhar mais. O José Cláudio como
3040especialista em indicadores de desempenho ambiental. Cabe inserir nessa
3041minuta de resolução o emprego de indicadores de desempenho ambiental para
3042definição de padrões mínimos de eficiências e para ser possível a adoção de
3043metas com base nesses indicadores. Bom o peso ou volume dos resíduos
3044gerado por passageiro ou carga transportada, embarcada ou desembarcada,
3045percentagem de reciclagem e percentagem de resíduos perigosos e etc. esses
3046são alguns exemplos que foram levemente aventados, mas não chegamos a
3047discutir, mas seria um ponto interessante a ser discutido na continuação dos
3048trabalhos do grupo. Então, a classificação como é hoje então hoje no anexo um
3049da 05/93 nós temos os resíduos A com risco biológico os B com risco químico o
3050C com risco radioativo e o D, sem o risco biológico químico ou radioativo, mas
3051são os resíduos urbanos comuns. Então, o GT não chegou a discutir foram
3052apresentadas as propostas diversas com relação a isso e a gente compilou
3053algumas informações sobre isso. Então, os da classe A e risco biológico são
3054resíduos que apresentam risco potencial a saúde pública, a saúde animal e
3055vegetal pecuária a ao meio ambiente devido a presença de agentes biológicos
3056como definição. Então, a coordenação e a relatoria nós propomos esses
3057subgrupos não foram discutidos, mas vieram de sugestões de diferentes
3058grupos que nós fomos recebendo por e-mail e compilamos então essa
3059colocação que seria discutida numa próxima reunião do GT que acabou não
3060havendo. Então, os resíduos de bordo com material orgânico similares a
3061resíduos domésticos vindos do exterior a dois, isso aqui por causa do risco
3062seriam os resíduos D, mas que no caso aqui pelo risco por estar vindo do
3063exterior seriam tratados com a classe A 1 o A 2 apreensão de alimento e
3064demais produtos e bagagens vindas do exterior, a questão específica você faz
3065o controle de bagagem e sai e inclusive foi através de um resíduo desse, um
3066presunto Parma que trouxe a peste suína há alguns anos atrás aqui para o
3067Brasil dentro desse tipo de resíduo apreendido em aeroporto no Rio de Janeiro.
3068Então, alimentos de bordo não consumidos vindos do exterior cargas vindas do
3069exterior deterioradas, contaminadas, abandonadas ou fora de especificação
3070resíduos líquidos sanitários vindos do exterior e resíduos classificados como
3071sendo do grupo A na resolução CONAMA 35805. O grupo B resíduos com risco
3072químico são os resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar
3073riscos a saúde pública ou ao meio ambiente dependendo de suas
3074características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.
3075Então, aí teria essa de classificação resíduos de bordo, oleosos, mistura de
3076água de óleo, resíduos sólidos sujeitos a sistema de logística reversa, resíduos
3077de agrotóxicos e suas embalagens destinadas ao combate de pragas a bordo
3078em terra. É uma questão pouco avaliada, mas o pessoal utiliza muito em
3079armazéns e nessas áreas principalmente de portos onde tem armazenamento
3080de produtos perecíveis, onde pragas podem atuar. Então, no entorno se utiliza
3081muito esse material e teria que fazer parte integrante clara do gerenciamento
3082de resíduos dessas áreas a questão desses pesticidas, os resíduos de
3083vazamentos de substâncias químicas e cargas equipamentos a bordo ou em
3084terra, os resíduos farmacêuticos e demais resíduos considerados perigosos
3085conforme a 1004 da ABNT. Então, os resíduos radioativos são resíduos

3086contendo substancias radioativas e aqui nós não fazemos uma divisão,
3087mantém da forma como está não temos nenhuma uma sugestão com relação a
3088esse tipo de resíduo e os do tipo B resíduos sem risco biológico químico ou
3089radioativo são resíduos não perigosos que não apresentam risco biológico
3090químico ou radioativo a saúde e a agropecuária ou ao meio ambiente e aí
3091temos a classificação de resíduos não perenes e não inertes a serem
3092destinados em aterros sanitários e B2 resíduos classificados como não
3093perigosos e inertes a serem destinados em aterros de materiais inertes, em
3094resíduos recicláveis e sucatas não contaminadas dentro desse grupo de
3095resíduos. Então, o encerramento dos trabalhos do GT ele tinha o prazo de seis
3096meses para desenvolver os trabalhos e esse prazo se encerrou então, com o
3097presente relato se encerra as atividades do GT que foi prorrogado agora pelo
3098por essa Câmara Técnica, mas a minha participação se encerra aqui com esse
3099relato e agradeço muito ao Eduardo pela parceria e o bom andamento dos
3100trabalhos nas duas reuniões que nós conseguimos desenvolver os trabalhos.
3101Obrigado.

3102

3103

3104**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
3105Muito bem o resultado com certeza vai ser aproveitado agora pela extensão do
3106trabalho que vai ser concluído. Para encerrar Maria Margarida já havia pedido a
3107palavra. Eu estou com o nome da minha tia na cabeça agora. Maria Geraldina
3108havia pedido a palavra e se não houver nenhuma outra manifestação depois
3109José Cláudio.

3110

3111

3112**A SR^a. MARIA GERALDINA SALGADO (Presidente da ABES) –** Quero fazer
3113um adendo para constar em ata também a respeito dos resíduos do GT dos
3114resíduos da construção civil o seguinte. Eu liguei agora para Conselheira aqui
3115para à Cacilda que é a presidente de ABES e perguntei a respeito dos
3116encaminhamentos que nós estávamos pretendendo dar aqui. Então, é o
3117seguinte eu estou aqui como representante houve um engano na indicação de
3118Conselheiro de primeiro suplente e segundo suplente lá, e isso é que acarretou
3119o fato de não ter ocorrido nenhuma reunião, na verdade ela queria que
3120indicasse uma pessoa e a superintendente da ABES entendeu mal e indicou
3121outra pessoa que acabou não encaminhando nenhuma reunião até porque não
3122muito afeta a área de resíduos sólidos especificamente. Mas aí ela ficou de vai
3123corrigir esse contra tempo que houve lá e vai entrar em contato brevemente
3124para efeito de solicitar ao CONAMA marcar uma reunião e possivelmente a
3125próxima reunião até quem vai conduzir isso é vai ser a Jussara que é a
3126coordenadora da Câmara de resíduos sólidos da ABES na próxima reunião,
3127mas por enquanto não coloca o nome dela porque foi uma coisa que ela me
3128falou assim só por telefone, mas de qualquer maneira a questão da reunião é
3129bom colocar porque vai ser agendada. Muito obrigado.

3130

3131

3132**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
3133José Cláudio as suas considerações

3134

3135

3136 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
3137 **Gerais)** – Eu só quero fazer uma observação a partir da apresentação feita
3138 pelo Éric nem sei se é o caso Éric, mas eu tenho sentido em vários grupos uma
3139 resistência das pessoas que participam dos grupos como é no caso que você
3140 relatou aos catadores de recicláveis. Então, a gente vê pela sua apresentação
3141 que inclusive tem um grupo de resíduos por sua classificação que é o D3 que
3142 são os resíduos recicláveis não contaminados que eu acredito, eu que
3143 representa uma parcela grande dos resíduos de portos e aeroportos, porque os
3144 resíduos de portos e aeroportos não são os que vêm nas aeronaves ou das
3145 embarcações, mas aqueles dos terminais que são muito ricos em termos de
3146 recicláveis e que com certeza são explorados por empresa. Então, eu acho que
3147 a gente tem que fazer menção a esse tipo de coisa porque a lei nacional deixa
3148 isso muito claro a preferência, vamos dizer assim, para as cooperativas de
3149 catadores. Então, eu acho que tem que ter restrição para aqueles que não têm
3150 risco de contaminação.

3151

3152

3153 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** – OK
3154 parece que nós esgotamos a pauta que estava prevista. Eu só queria fazer
3155 uma pergunta a Adriana antes já para nós verificarmos uma sugestão de data
3156 para a próxima reunião até para verificar os trabalhos que já foram
3157 encaminhados aqui inclusive para o José Cláudio a proposta de
3158 desarquivamento da proposta de transporte de resíduos perigosos, ele vai
3159 apresentar essas manifestações e eu gostaria que vocês já nos
3160 encaminhassem uma sugestão.

3161

3162

3163 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
3164 **Gerais)** – Com relação a isso eu só quero lembrar, porque historicamente as
3165 nossas reuniões eram quarta e quinta-feira, eu gostaria que permanecesse
3166 nesses dias da semana, porque segunda-feira é brava e terça para mim é
3167 impossível. Então, eu gostaria que nós continuássemos historicamente nas
3168 quarta e quinta-feira ou quarta ou quinta.

3169

3170

3171 **O SR. ADRIANO** – Estou tentando abrir o calendário.

3172

3173

3174 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –
3175 Enquanto isso vamos passar a palavra para a Conselheira Zuleika.

3176

3177

3178 **A SR^a. ZULEIKA** – Antes de mais nada boa tarde a todos, eu cheguei agora na
3179 reunião no final quero agradecer o apoio que recebemos do Luiz Mourão do
3180 Mover que conseguiu me substituir. Queria comentar duas coisas eu acabo de
3181 tomar conhecimento das decisões da Câmara Técnica não pretendo reabrir
3182 essas discussões, mas eu queria deixar registrado que nós continuamos muito
3183 preocupados nós da Sociedade Civil com a gestão adequada de resíduos
3184 perigosos como, por exemplo, lâmpadas de mercúrio e eletro eletrônicos e não
3185 vemos com bons olhos a prorrogação mais uma vez de lâmpadas, porque eu

3186 não sei se alguém aqui tinha conhecimento, mas o GT de lâmpadas foi criado
3187 em 2002 acho o José Cláudio deve lembrar, porque ele é de desse tempo e
3188 depois ele foi suspenso eu acho por causa da lei de novo da bendita da lei de
3189 política, enfim foi suspenso não importa e daí a gente conseguiu recriar esse
3190 grupo a partir de uma moção a 085 de 2005. Aprovada pelo CONAMA quase
3191 que unanimemente só teve eu acho que uma abstenção a Plenária aprovou
3192 aquela moção pedindo uma política nacional de mercúrio para o País e a
3193 reabertura do GT de lâmpadas, porque a situação é gravíssima no País.
3194 Medidas têm que ser tomadas com a máxima urgência, não existe nada que
3195 regulamente a gestão de lâmpadas com mercúrio no Brasil hoje e eu vejo com
3196 muita tristeza e decepção a decisão de prorrogar mais nove meses, sendo que
3197 daqui nove meses já teríamos a resolução na praça e nós teríamos que
3198 começar o desafio de implementar e nós estamos atrasando por nove meses
3199 eletro eletrônico é a mesma coisa é uma prioridade do (...).

3200

3201

3202 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
3203 **Gerais)** – Nós suspendemos por nove meses.

3204

3205

3206 **A SR^a. ZULEIKA** – Prorrogou os trabalhos a continuidade dos trabalhos.

3207

3208

3209 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
3210 **Gerais)** – Suspendemos por nove meses. Daqui nove meses que vamos
3211 reavaliar se vamos prorrogar por quanto tempo.

3212

3213

3214 **A SR^a. ZULEIKA** – Quer dizer isso é muito decepcionante e quero deixar
3215 registrado o quanto nos decepciona ver o País sem nenhuma regulamentação
3216 de eletro eletrônico de lâmpadas de mercúrio e eu lamento essa decisão, eu
3217 lamento mesmo eu estou decepcionada embora eu respeite a decisão da
3218 Câmara, mas eu fico muito decepcionada e muito frustrada e perdendo as
3219 vezes a vontade de continuar trabalhando, porque não existe sequer a
3220 obrigação dos fabricantes de lâmpadas dos importadores no caso, que
3221 ultimamente é tudo importador nem de colocar na embalagem que aquilo é um
3222 produto perigoso e que tem que ser de alguma maneira descartado
3223 corretamente para não inclusive colocar em risco a vida dos catadores de lixo.
3224 Porque essas lâmpadas estão sendo misturadas com lixo reciclado e está
3225 contaminando com mercúrio todo o lixo que hoje nós dissemos que é
3226 reciclável. Nós vamos implementar uma coleta seletiva de lixo perigoso, porque
3227 todo o lixo passa a ser perigoso onde houver lâmpadas quebradas assim como
3228 eletro eletrônico junto. E a questão também José Cláudio eu queria lembrar
3229 que na Plenária quando foi solicitado também o arquivamento da resolução do
3230 projeto de resolução de transportes, eu fiz eu pedi a palavra e muitos aqui
3231 estavam lá e devem lembrar que eu coloquei algumas considerações a respeito
3232 que o País continua com necessidade de ter uma resolução independente se
3233 vai existir um cadastro, se não vai existir um cadastro. Então é isso que eu
3234 queria dizer e muito obrigado.

3235

3236

3237 **O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
 3238 Bom fica registrada também a manifestação, eu recebi a solicitação do
 3239 coordenador do grupo desculpa, era do primeiro ou do segundo item? É do
 3240 terceiro item que foi retirado o do grupo de trabalho. Eu queria fazer algumas
 3241 considerações a respeito, agora em que pese nós já termos ouvido os outros
 3242 coordenadores vamos ceder a palavra, até para ser justo nós acabamos
 3243 ouvindo aqui os dois últimos, tendo em vista que nós procuramos também no
 3244 início da votação deixar bem claro que íamos votar item por item até para que
 3245 se houvesse outras manifestações as pessoas pudessem fazê-las naquele
 3246 momento, mas se a Câmara Técnica decidir que é importante eu queria
 3247 conceder a palavra também ao coordenador desse grupo que foi suspenso
 3248 temporariamente. OK? Foi só suspenso ele não foi extinto não, foi suspenso
 3249 por nove meses. Foi suspenso, prorrogação são os dois últimos grupos. Sim
 3250 fique a vontade.

3251

3252

3253 **Luiz Henrique (Mel Ambiente. Associação dos Agentes Ambientais**
 3254 **Voluntários e do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social) –** Luiz
 3255 Henrique da Mel Ambiente Associação dos Agentes Ambientais Voluntários e
 3256 do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social. Eu sou coordenador do GT
 3257 de lâmpadas mercuriais e eu tive conversando com Dona Zilda e outros
 3258 colegas aqui que fazem parte do GT de lâmpadas de mercuriais. Eu tive que
 3259 concordar a princípio e estou justificando para a senhora também, concordar
 3260 com a suspensão por nove meses por uma razão muito simples as mesmas
 3261 pessoas que vão iriam continuar no GT de lâmpadas mercuriais já foram
 3262 chamadas pelo MMA para participar de como é que chama Zilda do grupo de
 3263 trabalho. Eu falei olha não tem até o Márcio mesmo me chamou a atenção,
 3264 Senhor Luiz Henrique você não pode ir contra nós temos que ficar junto com o
 3265 GT de eletro eletrônicos porque para esperar a definição de como vai ser a
 3266 política reversa, mas eu tive vontade de falar na hora que eu não concordava
 3267 não, mas tive que concordar sobre o argumento de Márcio, porque as mesmas
 3268 pessoas que participariam do GT já estão participando junto no GTT. Então, eu
 3269 até solicitei se não era possível eu participar também do GTT para ter alguém
 3270 lá para dizer o que está acontecendo lá fora com lâmpadas mercuriais, porque
 3271 os senhores aqui não sabem depois que eu fui chamado para coordenar esse
 3272 grupo eu criei um programa em Uberlândia programa comunitário vírus
 3273 ecológico, motivado por minha coordenação do GT de lâmpada mercuriais e
 3274 estou bem a par de como está hoje lâmpadas mercuriais pelo menos no Estado
 3275 dependendo Minas Gerais. Olha um caus e em seis meses ou nove meses seja o
 3276 que for demorar o passivo todo de lâmpadas mercuriais que estão juntos vai
 3277 parar no meio ambiente. Eu cheguei ao ponto absurdo de solicitar a dona Zilda
 3278 se não tinha jeito de nós fazermos alguma coisa na base da caneta, foi essa a
 3279 expressão que eu usei com a senhora, não foi Dona Zilda? Se não tinha jeito
 3280 de fazer alguma coisa na base da caneta que houvesse uma instrução, ou uma
 3281 educação ou qualquer coisa pelo menos o pessoal guardasse os seus passivos
 3282 tanto as empresas, eu estou falando de empresas também não é só passivo de
 3283 população não. Eu estou falando de empresas porque as empresa estão tendo
 3284 dificuldades em encontrar os recicladores, elas estão dando sumiço nessas
 3285 lâmpadas eu cheguei a me deparar com um professor de um laboratório de

3286uma universidade incinerando lâmpada mercurial, um professor olha o nível
3287intelectual de um professor que é chefe de um laboratório de uma universidade.
3288Então, assim sabe isso eletro eletrônico não fica muito longe não, eletro
3289eletrônico também está do mesmo jeito quem não sabe o que faz joga no meio
3290ambiente. Então, é isso que eu gostaria de colocar nessa Câmara Técnica nós
3291tínhamos que fazer alguma coisa urgente, tanto para eletro eletrônico como
3292para lâmpada mercurial. Porque está um caus em seis meses, nove meses
3293todo esse passivo da população e de muitas das empresas que não estão
3294encontrando respostas para suas perguntas ou assessoria vão jogar isso no
3295nosso meio ambiente eu fico agradecido aos senhores.

3296

3297

3298**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
3299Antes de passar a palavra para a Zilda nós estamos consultando mesmo será
3300que não seria oportuno de repente convidar algumas dessas pessoas que
3301estão participando desse GT para fazer um acompanhamento junto com essa
3302Câmara Técnica tendo em vista que se nós fomos afunilar de novo nesse
3303debate vai demandar uma longa exposição do que já foi dito. Zilda.

3304

3305

3306**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Ministério do Meio Ambiente) –** Eu
3307não tenho esse poder de decisão não, no Ministério Doutor Silvano que é o
3308Secretário Executivo que está avaliando junto com o GTA os convites e as
3309indicações isso é tudo aprovado pelo GTA. Então, eu só queria prestar um
3310esclarecimento porque infelizmente a Zuleika perdeu a discussão da manhã e
3311perdeu a apresentação do Silvano e perdeu toda a nossa discussão de
3312justificativas a apresentação do Silvano vai ficar no site com toda a
3313programação, e eu acho que a gente passou Zuleika 20 anos esperando por
3314uma política, tentando colocar esta regulamentação nem que fosse parcial em
3315resoluções do CONAMA e agora nós temos uma política e tem que trabalhar
3316nela. E é esse o nosso objetivo e é esse o objetivo da proposição do Ministério
3317do Meio Ambiente foi o pedido de suspensão dos trabalhos tendo em vista que
3318nós temos 6 meses para entregar uma proposta de acordo setorial de logística
3319reversa. Então, para não rediscutir a conversa da manhã eu queria que depois
3320você, eu me coloco a disposição e garanto o Dr. Silvano também estará a
3321disposição para qualquer tipo de conversa, mas isso foi muito discutido hoje de
3322manhã e não vai ser um retrocesso, vai ser um ganho porque agora nós temos
3323uma política não tem sentido nenhum deixar a política de lado e concentrar
3324esforços na resolução, nós temos prazo para regulamentar essa política e no
3325futuro assuntos vão ser trazidos a esse Conselho para serem regulamentados
3326na forma de resolução. Obrigado.

3327

3328

3329**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
3330Mais alguma coisa? Fique a vontade.

3331

3332

3333**A SR^a. ZULEIKA –** Bom eu analisei o ofício do MMA que fala que o motivo
3334seria que o comitê interministerial, eu acho que é isso vai fazer o plano
3335nacional de resolução, mas ouvindo naturalmente os instrumentos já existentes

3336do SISNAMA e que aí entra o CONAMA. Então, para mim para nós que somos
3337ambientalistas nós vemos que o CONAMA é a inteligência é o cérebro desse
3338processo todo e não o contrário não é o comitê que vai ser o cérebro é nós que
3339somos, todo o nosso aqui acúmulo de experiência de informação eu vi a
3340riqueza que é o GT de lâmpadas, o acúmulo de documentos e apresentações
3341que foram feitos, as informações contidas nele mostra que nós temos toda a
3342ferramenta aqui para fazer isso. E não nós sermos deslocados para lá e
3343pedirmos para serem os convidados não é isso. E se as mesmas pessoas
3344estão aqui e estão lá bom para elas, mas nós, o CONAMA é o CONAMA o
3345CONAMA é o órgão máximo do SISNAMA e ele não pode se submeter há um
3346atraso desses como aconteceu com pneus dezenas de vezes, eu me lembro.
3347Os pneus foram atrasados em 2005 por causa dessa política, temos uma
3348política, temos, mas nós também temos os nossos trabalhos aqui que vão
3349poder ser harmonizados com essa política na frente. Então, eu não vejo motivo
3350para parar e atrasar eu só quero dizer também e deixar registrado que a cada
3351dia nós estamos aqui conversando e fazendo reunião, milhares de lâmpadas
3352estão sendo quebradas e jogadas no lixo, a cada dia que passa. E nós temos
3353que refletir sobre isso o tempo está contra nós. E cada vez que é pedido
3354suspensão ou arquivamento ou prorrogação são milhares de pessoas que
3355estão se contaminando e o mercúrio é uma neuro toxina potente causa danos
3356irreversíveis no cérebro e vários outros problemas afeta as mulheres grávidas,
3357os fetos e a soberania do País. Estamos criando crianças cada vez com mais
3358problemas de aprendizagem e desenvolvimento neuro motor, nós estamos
3359produzindo uma nação cada vez menos capacitada para enfrentar os desafios.
3360E eu acho que o Ministério da Saúde com certeza vai concordar conosco
3361porque eu vi as apresentações do Ministério da Saúde nesse GT mostrando
3362que a situação é realmente gravíssima. E o mundo está fazendo um tratado
3363inclusive para banir o uso de mercúrio em produtos e para reduzir as emissões
3364atmosféricas. E nós estamos aqui suspendendo um GT que é um pequeno
3365trabalho importante que o Brasil tinha que estar fazendo para colaborar com a
3366comunidade internacional inclusive. Então, assim Zilda com todo respeito eu
3367realmente não acompanhei a parte da manhã, eu não pude chegar aqui porque
3368o aeroporto de Curitiba ficou fechado e eu só pude sair de lá 12h40min, mas se
3369eu estivesse aqui de manhã eu teria dito isso. Muito obrigado.

3370

3371

3372**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
3373Bom daqui eu não enxergo para ser franco eu tenho problema de miopia qual
3374seria uma data propicia, se alguém tiver com a condição...

3375

3376

3377**O SR. ADRIANO –** Temos a necessidade de ter 30 dias da reunião e até a
3378última semana de maio nós temos a plenária então a sugestão é dia primeiro
3379de junho. Um ou dois de junho.

3380

3381

3382**O SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste) –**
3383Um dia. Quarta feira. Um ou dois.

3384

3385

3386 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Representante do Estado de Minas**
3387 **Gerais)** – A pauta está pequena marca para um dia só.

3388

3389

3390 **SR. PEDRO HENRIQUE (Representante da ANAMMA Centro Oeste)** –

3391 Então dia primeiro vamos encerrando a 36ª Reunião da Câmara Técnica de

3392 Saúde e Saneamento ambiental e gestão de resíduos agradecendo a presença

3393 de todos não vou me arriscar a falar o nome de todo mundo porque com

3394 certeza vou cometer outras gafes. Gente obrigada e boa tarde.